por sinal

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central ■ ano3 ■ nº 11

REFORMA SINDICAL

Todo o poder às Centrais

POLÍTICA ECONÔMICA

Quem vai financiar o crescimento?

ÉTICA

Os limites entre o público e o privado'

ENTREVISTA

Luiz Gonzaga Belluzzo

DEBATE INTERNO

As pequenas grandes redes do BC

Na ordem do dia

Esta edição da **Por Sinal** chega às suas mãos no momento em que os Poderes Judiciário e Legislativo entram em recesso, as instituições financeiras fecham seus balanços e quantificam seus lucros e a maioria dos trabalhadores do setor público sela acordos salariais com o governo, depois de intensas greves e intermináveis reuniões de negociação. Enquanto isso, dando seqüência à agenda do seu antecessor, o governo Lula anuncia que enviará ao Congresso Nacional projeto de lei formalizando a autonomia do Banco Central e retomará as reformas, agora com a trabalhista e a sindical.

Há claros sinais de que se pretende a "flexibilização" dos direitos trabalhistas – sob o pretexto do incremento na geração de empregos –, e a mudança na estrutura sindical seria o primeiro passo, principalmente com o fortalecimento das centrais sindicais. Cinco projetos de lei estão sendo concluídos para envio ao Congresso Nacional, regulamentando os conflitos coletivos, o direito de greve, a negociação coletiva, o Conselho Nacional de Relações de Trabalho e a liberdade sindical. Na matéria "Todo o poder às centrais sindicais", mostramos que no novo modelo organizativo, sindicatos de base, como o Sinal e o Unafisco, correm o risco de ter que se submeter às centrais.

A **Por Sinal** não poderia se furtar à discussão, que tanto mobiliza setores da sociedade, sobre quem vai financiar o crescimento do País, chamando a atenção para o papel do Estado como agente financiador. O assunto é debatido também pelo professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo que, em entrevista exclusiva, faz uma análise da conjuntura econômica, fala dos erros do Plano Cruzado e propõe mudanças na política econômica, necessárias para assegurar um crescimento sustentado, com a geração de emprego e renda, sem abrir mão da estabilidade dos preços.

Em matéria sobre concentração e concorrência bancária, a revista discute a parceria entre o BC e o Cade na fiscalização do sistema financeiro, à luz do PLC 344/02, que confere poderes ao Cade para analisar e aprovar fusões e aquisições de bancos. Outro assunto que mereceu atenção especial foi o da ética no setor público, no qual avaliamos a eficiência do instituto da quarentena, vigente desde o governo FHC.

No debate interno, destaque para as redes informais de comunicação dos servidores do BC – *Erdanet, Rionet e Starnet – e sua contribuição para a democratização das informações e o desenvolvimento da consciência política dos funcionários da Casa.

Por fim, dois artigos completam esta edição da **Por Sinal**. Para o economista Oscar Henrique Belo Santos, "a hora é de governar, e governar é intervir". O editor da Contraponto, César Benjamin, traz à discussão a questão da soberania, ao defender o restabelecimento do controle das entradas e saídas de divisas pelo Banco Central.

"A **Por Sinal** é um veículo que expressa com fidelidade o pensamento e os interesses legítimos de um dos quadros mais competentes e modernos da administração pública brasileira."

Jefferson Péres
Senador PDT-AM

" Recebi alguns exemplares da revista **Por Sinal** e gostei do que li. Sem dúvida nenhuma, a revista cumpre um papel importante na elevação do nível do debate político-econômico, tão necessário nos dias de hoje. Parabéns aos editores da **Por Sinal** e ao Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central pela iniciativa".

César Benjamin
Editor da Contraponto

"Incumbiu-me o Exmo. Senhor Senador Demóstenes Torres de agradecer-lhes o envio do valioso exemplar da revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil, ao tempo em que cumprimento toda a equipe pelo brilhante trabalho."

Luiz Cesar da Rocha Fonseca
Chefe de Gabinete

"Sou aluno do mestrado em Sociologia Política da UFSC e faço uma pesquisa sobre as associações de bancos no Brasil, com uma visão sociopolítica. Neste sentido, venho acompanhando pela Internet as edições da revista **Por Sinal,** a qual traz temas que me ajudam na pesquisa. Gostaria de saber como faço para adquirir as revistas ou se vocês poderiam me enviá-las."

Elflay Miranda

*NR: A distribuição da **Por Sinal** é gratuita. Para que você possa recebê-la regularmente, precisamos do seu endereço de correspondência. Quanto aos números atrasados, não se preocupe, vamos lhe enviar uma coleção completa para esse mesmo endereço.*

SUMÁRIO

Capa Todo poder às centrais sindicais **Página 6**

Política econômica Quem vai financiar o crescimento do País? **Página 12**

Entrevista Luiz Gonzaga Belluzzo/ "O governo comeu mosca em 2003. Só no final do ano comprou cerca de US$ 6 bilhões para recompor as reservas" **Página 15**

Artigo Cesar Benjamin/Questão de soberania **Página 22**

Sistema financeiro BC e CADE: parceria para fiscalizar concorrência bancária **Página 24**

Artigo Oscar Henrique Belo Santos/Governar é intervir **Página 29**

Ética Os limites entre o público e o privado **Página 30**

Debate interno As pequenas grandes redes do BC **Página 35**

Todo o poder às centrais sindicais

A flexibilização dos direitos trabalhistas é um sonho perseguido pelos últimos governos. Para efeito externo, eles difundem a idéia de que a flexibilização geraria mais empregos, como se o exemplo internacional, sobretudo o de alguns países europeus, não mostrasse o contrário. Ainda assim, parte da mídia nacional insiste em jogar essa responsabilidade nas costas do trabalhador, que entra nessa história enfraquecido, acreditando que seus direitos mais elementares inviabilizam o direito sagrado ao emprego.

É nesse cenário adverso para os movimentos sociais que vem sendo discutida a reforma sindical do governo Lula. Há dois grandes atores envolvidos nessa trama: de um lado, as centrais sindicais, ávidas pelo reconhecimento formal do Estado, já que existem até hoje como entidades de fato e não de direito; na outra ponta, os empresários, que desejam preparar o terreno para a retirada de direitos trabalhistas e, por tabela, regulamentar uma nova estrutura sindical incapaz de alterar a desigualdade de condições que caracteriza a relação entre o capital e o trabalho. Articulando esses interesses está o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), o "espaço de diálogo e negociação" formado por representantes do governo, dos trabalhadores (as centrais sindicais) e dos empregadores (via confederações patronais). O resultado dessa negociação está no Relatório Final da Comissão de Sistematização do Fórum, que servirá de base para o projeto de reforma sindical que o governo enviará ao Congresso. Até o momento, o Relatório deu origem a cinco projetos de lei, ainda em versão provisória, que dispõem sobre conflitos coletivos, direito de greve, negociação coletiva, estruturação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho, e liberdade sindical.

Concluído em março, o Relatório propõe um novo modelo organizativo em que as entidades de base, como o Sinal e o Unafisco, correm sério risco de se tornarem escravas das centrais sindicais. Um exemplo disso: a atribuição de negociar em nome dos trabalhadores, hoje exclusiva dos sindicatos, poderá ser exercida também

pelas centrais. Diz o documento do Fórum que as negociações de nível superior (entre as centrais e as confederações) serão deflagradas "mediante um processo de consulta efetiva de cada um dos níveis inferiores envolvidos" (no caso, sindicatos e federações). Não está claro o que vem a ser esse "processo de consulta efetiva", e, se não bastasse, não há nenhuma linha no texto que obrigue as centrais a submeter o resultado da negociação à decisão das assembléias dos trabalhadores, como ocorre hoje com os sindicatos de base.

SINDICALISMO DE ESTADO

Só essa medida já basta para virar pelo avesso a estrutura sindical no Brasil. Até então, a autonomia política dos sindicatos em relação às centrais sempre foi um princípio de honra. "Deslocar o centro de poder da base para as centrais nos preocupa bastante", afirma o presidente do Sinal, Sérgio Belsito. "Será muito fácil manipular as decisões e aprovar uma política salarial com meia dúzia de dirigentes cooptados pelas centrais e pelo governo, como acontece hoje com a CUT. Corremos o risco de institucionalizar o sindicalismo de Estado", adverte.

"Será muito fácil manipular as decisões e aprovar uma política salarial com meia dúzia de dirigentes cooptados pelas centrais e pelo governo. Corremos o risco de institucionalizar o sindicalismo de Estado."

SÉRGIO BELSITO
Presidente do Sinal

A previsão de Belsito não é um exercício de futurologia sem propósito. O diretor de Assuntos Intersindicais do Sinal, David Falcão, lembra que isso já aconteceu, recentemente, quando as centrais majoritárias fecharam um acordo com o governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente: "Os dirigentes das centrais definiram a forma de reajuste, excluíram da Mesa o Sinal e quase todas as categorias que têm sindicato próprio e determinaram reajuste zero para os servidores do Banco Central em 2004. Se não houvesse uma firme reação do Sinal, estaríamos debaixo da camisa-de-força imposta pelos cardeais das centrais sindicais", critica Falcão.

A postura independente do Sinal frente ao acordo de cúpulas firmado na Mesa Nacional talvez estivesse comprometida caso a reforma sindical já estivesse aprovada. Em primeiro lugar, porque esta força a filiação a uma central. Mas não pára por aí. De acordo com o relatório do Fórum, as centrais sindicais poderão constituir sindicatos para concorrer com aquelas entidades que se recusem a se submeter à sua tutela. Tal prática estará assegurada graças ao critério da representatividade derivada, que vai tornar possível à central (ou qualquer outra entidade de nível superior) criar um novo sindicato, valendo-se apenas da representatividade que já comprovou. Dessa forma, a associação poderá ser registrada sem que seja preciso comprovar um percentual mínimo de filiados.

Isso será o fim dos sindicatos independentes? Não necessariamente. O sindicato que obtiver seu registro antes da reforma poderá reivindicar

Direitos do trabalhador ameaçados

A muitos pode parecer que o documento do Fórum Nacional do Trabalho se limita a criar um novo marco normativo da estrutura sindical, que, por sua vez, serviria como parâmetro para a reforma trabalhista, prevista apenas para 2005. No entanto, sobram indícios de que a reforma sindical já vai consolidar a flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

É verdade que o discurso e a prática do governo nunca primaram pela coerência em relação a esse tema. Em janeiro de 2003, ao tomar posse no Ministério do Trabalho, Jacques Wagner disse ser a favor da eliminação dos 'penduricalhos' da CLT, como férias e 13° salário. Três meses depois, indo em direção oposta, Lula enviou mensagem ao Congresso solicitando a retirada do Projeto de Lei 5483/01, proposto por FHC, que abria as portas para a flexibilização da CLT. A jogada do governo anterior consistia em aprovar nova redação para o art. 618 da CLT, estabelecendo que "as condições de trabalho ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevalecem sobre o disposto em lei, desde que não contrariem a Constituição Federal e as normas de segurança e saúde do trabalho".

Como boa parte dos direitos trabalhistas não tem eficácia plena, a aprovação desse projeto permitiria que uma negociação coletiva restringisse ou mesmo eliminasse esses direitos, que o governo anterior considerava uma carga pesada demais para os patrões. A retirada da iniciativa, consumada em maio do ano passado, sinalizava que o novo governo, ou pelo menos seu bloco hegemônico, rejeitava a flexibilização dos direitos trabalhistas. Lula, que ajudou a fundar a CUT, não poderia partilhar do argumento de que os direitos dos trabalhadores emperram a geração de empregos.

Essa interpretação caiu por terra em fevereiro de 2004. Durante jantar em Brasília, na casa da colunista Tereza Cruvinel, de *O Globo*, Lula afirmou aos jornalistas que a reforma trabalhista poderia estabelecer o parcelamento do 13º salário e rever o mecanismo do FGTS que prevê multa de 40% nas demissões. A única coisa inegociável, segundo o presidente, são as férias de 30 dias, mas, ainda assim, disse que se sentiria angustiado após o 10º dia de folga.

O curioso é que, no famigerado jantar, o presidente, mesmo dizendo o que disse, rejeitou o termo "flexibilização". Como se fosse um palavrão. Há uma razão, essencialmente política, para tal. FHC enviou o seu projeto de flexibilização sem qualquer respaldo das entidades sindicais; era, claramente, uma iniciativa que fazia parte da agenda empresarial. Lula, ao contrário, vai tentar emplacar uma proposta com objetivos semelhantes, mas com o apoio das cúpulas sindicais.

Tecnicamente, é muito simples consagrar a supressão ou flexibilização de direitos. De acordo com o diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), Antônio Augusto Queiroz, basta que conste no texto da reforma sindical que "a lei não poderá limitar o poder de negociação sindical" ou que "o negociado tem força de lei e eficácia liberatória" ou, ainda, que "ressalvada a negociação, são assegurados os direitos previstos em lei".

O documento do Fórum é muito claro nesse sentido, ao estabelecer que "a lei não poderá cercear o processo de negociação". O pior não é isso: o texto coloca nas mãos das negociações de nível superior a responsabilidade de indicar as cláusulas que não podem ser modificadas em níveis inferiores. Se as centrais sindicais e as confederações dos patrões definirem, por exemplo, que o adicional por hora extra pode ser negociado em nível inferior, os sindicatos de base dificilmente terão forças para manter o patamar mínimo, que hoje corresponde a 50% sobre o valor normal da hora de trabalho. Como diz o presidente do Sinal, Sérgio Belsito, "as centrais podem vir a ser agentes perversos da transgressão dos direitos dos trabalhadores" .

a exclusividade de representação, o que, em princípio, impediria a concorrência desleal das centrais sindicais em sua base. Mas, ainda assim, não será fácil. Para início de conversa, se exigirá do sindicato exclusivo o percentual mínimo de 20% de filiados. Além disso, esse terá de aderir às normas estatutárias que serão criadas após a aprovação da reforma e que vão regulamentar direitos e deveres dos associados e da diretoria; composição, mandato e remuneração dos diretores sindicais; atribuições do conselho fiscal e prestação de contas; processo eleitoral; e dissolução da entidade.

A fixação dessas regras não constitui erro, na visão do assessor técnico da liderança do PCdoB, Flávio Tonelli. "Da mesma forma que existem regras para se constituir uma fundação privada, deve haver condições mínimas e democráticas para o funcionamento de uma entidade sindical", avalia. O problema, a seu ver, é que o Relatório do Fórum não exige dos novos sindicatos a adesão às normas oficiais. Isso deixa bem claro, mais uma vez, que a reforma sindical tem dois pesos e duas medidas. Entidades como o Sinal, por exemplo, serão forçadas a aceitar o modelo estatutário estabelecido pela lei. Já os sindicatos que as centrais sindicais criarem estarão livres disso, podendo definir o próprio estatuto a seu bel-prazer.

"A negociação é um instrumento que os sindicalistas têm à mão para fazer sua luta pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, e não a razão pela qual o sindicato existe."

EDUARDO ALVES
Assessor sindical

POR RAMO DE ATIVIDADE

Outra mudança de grande impacto será o surgimento de sindicatos por ramo ou setor de atividade econômica, em substituição ao modelo atual, baseado em categorias profissionais. A idéia, em princípio, atende a uma reivindicação histórica dos sindicatos mais à esquerda. É fácil de entender o motivo: a organização por categorias divide os trabalhadores, em função de suas profissões, e enfraquece o poder que eles teriam, se estivessem juntos, frente ao mesmo patrão. Transpondo essa lógica para o Banco Central e considerando a natureza única da instituição, haveria um ramo exclusivo dos funcionários do BC. Aprovado esse novo marco regulador, as entidades representativas de profissões específicas deixam de existir, e todos os servidores passam a ser representados por um único sindicato, independente da sua categoria.

O risco dessa mudança, segundo Flávio Tonelli, é que falta clareza para a definição dos ramos. O Relatório do Fórum Nacional do Trabalho afirma que a constituição dos ramos tomará como base o Cadastro Nacional de Atividade Econômica do IBGE. Segundo o documento do Fórum, compreende-se como ramo de atividade "as subdivisões correspondentes a cada um dos setores econômicos".

E como vai se dar a subdivisão? Aí é que está o "x" da questão. No caso do Sinal, a adequação ao ramo

de atividade se dará facilmente caso sua amplitude fique limitada ao BC. Bastará comprovar a filiação de pelo menos 20% dos funcionários (o Sinal tem quase 60%). O problema, de acordo com Flávio Tonelli, é essa possível revisão pelo governo. Digamos, por exemplo, que o ramo originalmente restrito aos servidores do BC seja estendido para englobar também aqueles que trabalham no Ciclo de Gestão e no Núcleo de Fiscalização Financeira. Nessa hipótese, a base sindical seria alterada e o Sinal, provavelmente, já não teria 20% do total de sindicalizados no ramo de atividade. Como conseqüência, perderia o direito de exclusividade da representação e, a partir daí, as portas estariam abertas para as centrais fundarem sindicatos na mesma base do novo ramo.

Uma solução alternativa – a fusão entre o Sinal e os sindicatos representativos do Ciclo de Gestão e do Núcleo de Fiscalização Financeira – não devolveria a exclusividade, pois qualquer entidade criada depois da reforma sindical não terá o direito de pleitear a representação exclusiva.

O resultado de toda essa confusão aponta no caminho da pluralidade sindical, uma das principais bandeiras da CUT. Caberá ao

"O enquadramento sindical livre e autônomo sempre obedece a uma lógica de acomodação à imagem e semelhança da organização das forças econômicas. Não há como fugir, isso sempre existiu."

JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO
Coordenador técnico do FNT

Conselho Nacional de Relações do Trabalho – órgão tripartite (governo, empresários e centrais) cuja função será regular a vida sindical – resolver as controvérsias. Mesmo que se proponha "neutro", é óbvio que esse Conselho vai estar sujeito a pressões políticas. Até mesmo o coordenador técnico do Fórum Nacional do Trabalho, o advogado José Francisco Siqueira Neto, reconhece isso: "O enquadramento sindical livre e autônomo sempre obedece a uma lógica de acomodação à imagem e semelhança da organização das forças econômicas. Não há como fugir, isso sempre existiu", afirma. Assim mesmo, ele acredita que as regras mínimas estabelecidas pelo FNT não comprometem, limitam ou restringem a organização ou ação sindical. Até a pluralidade, que aparentemente só favorece aos patrões, é saudada por Siqueira Neto como uma forma de evitar o monopólio sindical e assegurar a democracia interna nos sindicatos. "A intervenção para a defesa dos direitos da minoria é plenamente defensável, democrática e legítima, inclusive em relação ao poder econômico", avalia.

A FORÇA DA NEGOCIAÇÃO

Toda a reforma se sustenta na idéia de que a negociação é o principal objetivo de um sindicato. Isso, na visão do cientista político e assessor sindical Eduardo Alves, é um grande equívoco. "A negociação é um instrumento que os sindicalistas têm à mão para fazer sua luta pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, e não a razão pela qual o sindicato existe." A seu ver, os sindicatos exis-

A reforma para os servidores

Para quem pensa que a reforma sindical não se aplica ao setor público, é bom lembrar que as diretrizes previstas para a iniciativa privada serão estendidas aos servidores. Existem especificidades, sim, que merecerão regulamentação peculiar, a ser elaborada em um prazo de 120 dias após o envio da proposta de reforma.

As discussões entre governo e servidores, porém, já começaram. O Fórum criou a Câmara Setorial do Serviço Público para estabelecer as bases da negociação coletiva e do direito à greve. Trata-se, mais uma vez, de um arranjo de cúpulas – centrais sindicais e governo, para variar – que vai propor iniciativas vitais sem qualquer consulta aos sindicatos de base, que não podem participar das reuniões. E, a julgar pelas premissas estabelecidas no documento do Fórum, está a caminho uma legislação voltada à restrição do direito de greve, que obrigará os sindicatos a garantir, junto com os patrões, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, como a compensação bancária.

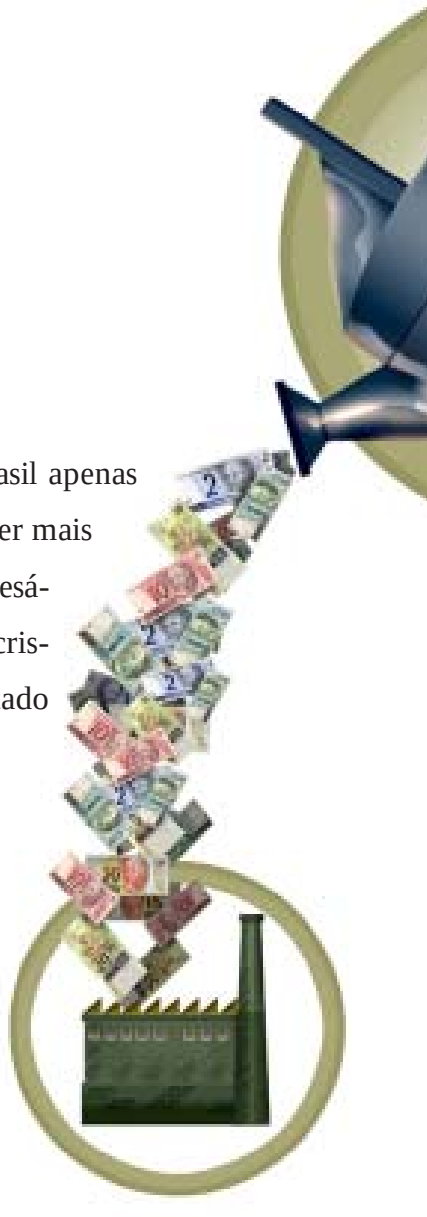
É de se perguntar: como será possível essa parceria durante uma situação de conflito?

tem para organizar os trabalhadores, elevar o seu grau de consciência política e arrancar conquistas que questionem a própria lógica do capitalismo. Abrir mão dessas prerrogativas, diz, significa entregar o movimento sindical para o Estado. Agindo dessa forma, os sindicatos já chegarão à mesa de negociação enfraquecidos, o que será um paradoxo para esse "novo" sindicalismo calcado no processo negocial.

As contradições vão mais além. Com base no princípio da obrigação da negociação, o documento final do Fórum Nacional do Trabalho enumera algumas premissas que são verdadeiras 'pegadinhas' para os trabalhadores. O texto afirma, por exemplo, que serão repudiadas "as práticas que direta ou indiretamente impeçam ou inibam a negociação coletiva e a ação sindical". A interpretação desse trecho, segundo Eduardo Alves, é problemática: "A greve poderá ser julgada como um ato que inibe a negociação coletiva? Uma posição firme de uma entidade que se negue a continuar em uma mesa de negociação por conta das posturas patronais pode ser julgada como inibidora da negociação?"

A recusa à negociação, a rigor, nem será possível, pois a reforma pune a entidade que abandonar a mesa com a perda da titularidade. Nesse caso, um sindicato sem legitimidade de representação, como aqueles que as centrais poderão criar, assumiria o lugar de uma entidade séria. "Como é que um sindicato faz greve e continua negociando?", questiona Eduardo Alves. "Às vezes, a greve se faz necessária para que uma categoria mostre a sua força, porque a força de negociação não está na capacidade de argumento, e sim na base real paralisada", analisa o cientista político.

Quem vai financiar o crescimento do País?



Um quarto de século de estagnação econômica deixa ao Brasil apenas uma alternativa: ajeitar o passo e apressar o ritmo se não quiser mais uma vez faltar ao encontro com o futuro. Economistas e empresários podem até divergir nos detalhes, mas dispensam bola de cristal ao apontar a trilha que deve seguir o País. O debate é pautado por um tema crucial: quem vai financiar o desenvolvimento?

A cartilha ensina que há três opções. A primeira delas, o capital estrangeiro, fórmula adotada pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso sem grande resultado, vem sendo perseguido por Luiz Inácio Lula da Silva, apesar dos sinais de que atingiu o limite. Em junho, o presidente foi aos Estados Unidos convencer empresários americanos de que a economia brasileira está estabilizada e que eles não têm por que temer investir no País.

O esforço diplomático se justifica. O Brasil, que chegou a atrair US$ 32 bilhões de investimentos estrangeiros, em 1999, caiu para US$ 16 bilhões, em 2002, recebeu apenas US$ 10 bilhões, em 2003, e nada indica que vá sequer repetir o desempenho este ano. O acumulado de cinco meses é igual ao do ano passado no mesmo período: US$ 3,3 bilhões. A projeção de um grande banco brasileiro não passa de US$ 9 bilhões para o ano todo.

"No tripé clássico da origem do capital, o estrangeiro não deveria ser o prioritário", recomenda o professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Fernando Cardim de Carvalho. "O capital externo envolve muitos riscos e quase sempre deixa como rastro concreto apenas a remessa volumosa de lucros para fora do País."

O TEMOR DO CAPITAL PRIVADO

A segunda opção seria o capital e a poupança nacional, pública e privada. Dentro de um cenário em que a perspectiva de crescimento de 3,5% do PIB não seria suficiente para retomar o desejável patamar dos anos 70, trata-se de uma alternativa que não chega a merecer a aposta dos especialistas. O raciocínio é simples: não há como criar demanda com desemprego em alta e renda em baixa – e sem demanda não há novos investimentos. A indústria e o comércio não aumentam a produção e os estoques porque sem emprego e renda em

queda não há quem compre.

"O desempregado perdeu o emprego porque o ex-patrão não conseguia vender o necessário para cobrir os custos", ensina João Sayad, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP). "Se o desempregado estudar, tomar um microcrédito e abrir um salão de cabeleireiro especializado em rastafáris, encontrará apenas clientes como ele: desempregados e incapazes de pagar qualquer tipo de corte de cabelo."

Os indicadores nesse ponto não mudaram muito, ao contrário dos índices que apontam uma retomada do crescimento. A taxa de desemprego do Brasil atingiu, em maio, 12,2% da população economicamente ativa – o equivalente a 2,6 milhões de pessoas desocupadas em seis regiões metropolitanas do País. A queda de 0,9 ponto percentual, apurada pela pesquisa do IBGE em relação ao índice recorde de abril (13,1%), e de 0,6 ponto percentual em comparação com maio de 2003 (12,8%) poderia ser comemorada se não viesse acompanhada de outro indicador que a diluísse: o rendimento médio real do trabalhador também caiu: R$ 866,10 – 0,7% a menos em relação a abril e 1,4% abaixo de maio do ano passado.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

Restaria, como alternativa ao financiamento do desenvolvimento, a terceira via – ou, em países como o Brasil, quase sempre a primeira: o Estado. "Quem vai financiar a retomada do desenvolvimento do País é o Estado, como sempre ocorre no capitalismo", afirma o professor José Carlos de Assis, da UFRJ, um dos signatários do manifesto dos economistas 'A agenda interditada – Uma alternativa de prosperidade para o Brasil' e coordenador da ONG Movimento Desemprego Zero (www.desempregozero.org.br). "Os investidores privados têm receio quanto ao futuro de um país que não cresce. Governos eleitos por brasileiros que acreditam no País devem investir", endossa João Sayad, da USP. "Ao contrário do investimento com a especulação com o câmbio, para manter artificialmente estável a moeda, todos criarão emprego, renda, consumo, demanda, crescimento e mais investimentos privados."

O governo alega limites de caixa, mas há recursos disponíveis. A Caixa Econômica Federal tem reservados para este ano recursos de R$ 11 bilhões para projetos de desenvolvimento urbano (saneamento, habitação, infra-estrutura e gestão urbana). "É o maior orçamento dos últimos dez anos", diz Aser Cortine, vice-presidente de Desenvolvimento Urbano e Governo da Caixa Econômica Federal. Só para saneamento está previsto R$ 1,8 bilhão. No fim de maio, o governo já havia liberado outros R$ 2,1 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras fontes de recursos para obras de saneamento para estados e municípios, com a expectativa de beneficiar 1,8 milhão de famílias e gerar 500 mil postos de trabalho.

O programa Jovem Empreendedor promete abrir uma linha de crédito de R$ 100 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para ajudar 16 mil jovens a abrir o próprio negócio. O governo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) criaram um fundo de investimentos em infra-estrutura de US$ 575 milhões para o programa Parcerias Público-Privadas (PPP). A nova linha de microcrédito do Banco do Brasil, lançada em 3 de junho, fechou em menos de 15 dias 8.700 operações no montante de R$ 4,4 milhões. O Pacote Agrícola, anunciado em meados de junho, reserva R$ 39,5 bilhões para a safra 2004/2005 e para o Programa de Modernização da Frota (ModerFrota), além de mais R$ 5,5 bilhões para o Programa Agricultura Familiar.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tinha em caixa, no começo do ano, R$ 47,3 bilhões – 35% a mais do que no ano passado – para investir com foco em quatro linhas: recuperação e desenvolvimento em infra-estrutura (R$ 11,6 bilhões), modernização e ampliação da

estrutura produtiva (R$ 4,5 bilhões), ampliação das exportações (R$ 12,8 bilhões) e inclusão social (R$ 3,8 bilhões). "O banco resgatou o perfil de agência promotora do desenvolvimento do Brasil", diz Maurício Piccinini, superintendente da Área de Planejamento do BNDES. Nesse mutirão, a Petrobras, maior empresa estatal brasileira, já anunciou o aporte de US$ 46 bilhões no País até 2010, com a estimativa de gerar 200 mil empregos até lá.

QUAL É A PRIORIDADE?

Tanto esforço não seria suficiente. O espaço que a estabilidade e o ajuste fiscal vêm ocupando na agenda da economia brasileira estaria retirando oxigênio da retomada do crescimento de forma sustentada. Para os críticos da política econômica, boa parte do que o governo tem feito não passa de retórica.

"Algumas nem são ruins, como a Política Industrial, o que mostra uma diferença com o governo anterior, que nem idéia tinha. O discurso é atraente, mas se resume à produção de ar quente", insiste Fernando Cardim de Carvalho, da UFRJ. "Se distribuir o superávit primário, que é da ordem de R$ 70 bilhões por ano, em programas de investimento e regeneração do serviço público básico – saúde, educação, saneamento, habitação, reforma agrária, transporte e energia –, em cinco anos nos tornamos um País desenvolvido", diz José Carlos de Assis, também da UFRJ.

A intocabilidade do superávit primário é o primeiro argumento do governo na defesa da política econômica. O setor público registrou superávit primário – receitas menos despesas, exceto gastos com juros – de R$ 5,839 bilhões em maio e já superou a meta do primeiro semestre de 2004, acertada com o Fundo Monetário Internacional. O governo se comprometera a economizar R$ 32,6 bilhões nos primeiros seis meses do ano. De janeiro a maio, atingiu R$ 38,268 bilhões. Em 12 meses, são R$ 67,4 bilhões – o equivalente a 4,3% do Produto Interno Bruto (PIB). A expectativa de crescimento de 3,5% este ano faz o governo apostar num aumento da receita e no cumprimento das metas acordadas com o FMI.

"Se distribuir o superávit primário, que é da ordem de R$ 70 bilhões por ano, em programas de investimento e regeneração do serviço público básico, em cinco anos nos tornamos um País desenvolvido."

JOSÉ CARLOS DE ASSIS
Professor da UFRJ

"O Brasil vem retomando a taxa de expansão da economia há um ano, e isso só foi possível devido ao forte compromisso fiscal do governo", tem repetido o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, respaldado pelo crescimento do Produto Interno Bruto de 1,6% no primeiro trimestre do ano em relação ao último trimestre de 2003, anunciado no começo de junho pelo IBGE, ao insistir que não pretende mudar a política econômica. Em entrevista ao jornal "El País", da Espanha, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que preferia a estabilidade a um crescimento superior a 4% ao ano.

"Entre o 'vigor' da retomada e o pessimismo das expectativas, o risco maior é de novo adiamento do início do espetáculo do crescimento", ironiza o professor Fernando Cardim. "O governo não está tomando providências para promover o desenvolvimento sustentável que o Brasil precisa, de 5% ao ano, ao longo de uma década", afirma o economista Júlio Sérgio de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), uma ONG ligada ao setor empresarial.

"Não há por que desesperar. Basta crescer – com investimentos públicos em estradas, na construção de habitações, em desenvolvimento tecnológico e com uma política industrial", ensina João Sayad. "É preciso abandonar a política econômica em vigor nos últimos dez anos, que depositou toda a esperança de desenvolvimento em dois pressupostos falsos: a poupança externa e a liberalização do mercado em detrimento da função desenvolvimentista do Estado", endossa o diretor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV–EESP), Yoshiaki Nakano, ex-secretário da Fazenda do governo Mário Covas. "Antes de tudo, é necessária uma mudança fundamental na política econômica que relega o desenvolvimento a não mais que promessa."

“O governo comeu mosca em 2003. Só no fim do ano comprou cerca de US$ 6 bilhões para recompor as reservas”

A três meses das eleições de 2004, a discussão sobre os resultados da política econômica adotada pelo governo Lula ocupa o centro do debate nacional. Para o governo, os índices divulgados pelo IBGE e por federações da indústria e do comércio em relação ao primeiro semestre indicam que a economia superou sua fase crítica e começa a dar sinais de recuperação. Essa não é a opinião, porém, de economistas, intelectuais e lideranças dos movimentos sociais, para os quais os resultados alardeados pela equipe econômica são medíocres e conjunturais. Em entrevista à Por Sinal, o economista e professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo enfrenta esse debate, discutindo os rumos do País e as mudanças de rota necessárias para garantir um processo de crescimento mais duradouro.

■ Os sinais de recuperação da economia nesse primeiro semestre são apenas conjunturais, ou já indicam uma retomada do crescimento, como alega o governo? O senhor acha que com a manutenção da atual política econômica – geração de elevado superávit primário, saldos comerciais recordes, baixo investimento público, crescimento do PIB em 3,5% – é possível vislumbrar um crescimento sustentado, capaz de mudar os padrões de produção e distribuição da renda no País?

Não há dúvida de que a economia está se recuperando do péssimo desempenho dos últimos dois anos. Há certo consenso a respeito dos fatores que vêm impulsionando o crescimento: em primeiro lugar, o aumento das exportações líquidas e, em segundo, a queda da inflação que ajudou a conter o processo de redução dos rendimentos reais e permitiu o cauteloso declínio da taxa Selic, com efeitos ainda modestos sobre as taxas cobradas pelos bancos aos demandantes de crédito.

Fatores, não necessariamente conjunturais, influem nos resultados: o dinamismo das exportações decorre, no caso das *commodities*, da presença da China como demandante de recursos naturais e, no caso das manufaturas, não há que desprezar os efeitos benfazejos da recuperação Argentina e de outros mercados emergentes. Mas é preciso deixar claro que se trata de uma recuperação cíclica. Para que ela se transforme num processo de crescimento de duração maior vai ser necessário deslanchar o investimento privado e público. A meu ver, as condições de financiamento de ambos não estão estabelecidas. Tanto as taxas de juros como o espaço reduzido para o investimento nos orçamentos dos governos não favorecem a retomada do investimento.

Há quem subestime a herança de FHC, mas na verdade a opinião pública ainda não foi capaz de avaliar o tamanho do estrago. Falta muito para o País superar a fragilidade do setor externo e as dificuldades de administração da dívida pública, fenômenos relacionados.

FHC deu uma entrevista à revista *Primeira Leitura* sobre estas questões e é espantoso que ele ainda não tenha percebido (ou não lhe tenham contado) que a dívida pública de hoje é resultado da política monetária e cambial do seu primeiro mandato. Fernando Henrique e seus acólitos ainda não fizeram uma revisão crítica do período 1995-2002 e não admitem que se equivocaram na avaliação das tendências da economia mundial desde os anos 80. Administraram com slogans, tolices rebarbativas do neoliberalismo, o que não faz jus à qualidade intelectual do ex-presidente.

■ Como integrante da equipe do ministro Funaro, qual a sua avaliação do Plano Cruzado? Por que não deu certo?

O Plano Cruzado foi deflagrado numa situação de emergência, para bloquear um episódio de aceleração da inflação. Muita gente apostou mais do que deveria no seu sucesso. Muitos dos que participaram da sua administração do Plano não levavam a sério a idéia de inflação inercial e sabiam que a vitória sobre a inflação era provisória. Na ausência de outras medidas, o Plano iria, cedo ou tarde, fazer água. Nas condições em que foi executado – estrangulamento quase absoluto do financiamento externo e grave crise fiscal –, as chances de sucesso eram mínimas. A postergação do descongelamento foi um erro, mas não foi só isso que determinou o fracasso. O maior pesadelo era a perda continuada de reservas.

■ Que mudanças de rota precisam ser feitas na política econômica para garantir um crescimento sustentado, que gere emprego e renda, mas preserve a estabilidade dos preços?

Numa perspectiva de longo prazo, é necessário reafirmar: as experiências dos anos 70 e 90 deixam poucas dúvidas quanto aos riscos envolvidos nas estratégias de crescimento que se apóiam em demasia no financiamento externo. Invariavelmente estes ciclos de endividamento em moeda estrangeira são sucedidos por longos períodos de ajustamento que golpeiam duramente as taxas de crescimento do produto, da renda e do

emprego e deprimem a taxa de investimento.

Especialmente na década de 90 as reformas liberais, a pretexto da eficiência, desmontaram os mecanismos de coordenação do crescimento de longo prazo exercidos pelo Estado através do setor produtivo estatal, do gasto e dos bancos públicos. Estes mecanismos de coordenação eram responsáveis pela sustentação de um estado de expectativas privadas favoráveis ao investimento e à assunção do risco.

“ Trata-se de uma recuperação cíclica. Para que ela se transforme num processo de crescimento de duração maior vai ser necessário deslanchar o investimento privado e público. As condições de financiamento de ambos não estão estabelecidas.”

No período recente, o declínio da taxa de investimento sobre o PIB reduziu o produto potencial e, portanto, introduziu restrições importantes à retomada do crescimento. As dificuldades, no longo prazo, vão alem do estímulo à produção corrente e à ocupação da capacidade já instalada. A dilaceração de algumas cadeias produtivas no período do real valorizado e a longa estagnação dos investimentos só serão reparadas com o aumento imediato e planejado dos gastos na formação da nova capacidade. Isto vai exigir uma componente de gasto autônomo e um efeito acelerador sobre o investimento dos setores mais vulneráveis que deveriam ser capazes de exportar e, ao mesmo tempo, substituir importações.

Isto traz à consideração o problema da inserção externa da economia brasileira. Como ficou demonstrado na experiência recente, a simples abertura comercial é insuficiente como fator de atração do investimento externo, na ausência de uma política capaz de garantir a estabilidade cambial e sinalizar claramente para o favorecimento das exportações e a substituição de importações. A abundante literatura sobre o desenvolvimento das economias do leste asiático demonstra inequivocamente que a defesa da taxa de câmbio real fortemente desvalorizada, mediante o controle de capitais, combinou-se virtuosamente com a abertura comercial.

■ O senhor concorda com o sistema de metas de inflação adotado pelo governo? Ele funciona bem no Brasil? Considerando-se os atuais preços elevados das commodities, em especial o petróleo, a meta para este ano será mantida?

O regime de metas de inflação, de difícil execução numa economia sujeita a recorrentes choques cambiais, tem sido operada de forma inadequada, em especial quando se considera a magnitude das metas estabelecidas. Tome-se como exemplo a trajetória recente da inflação. É visível que numa economia com a demanda fortemente deprimida, como a brasileira, os deslocamentos da taxa de inflação têm sido comandados por choques de oferta, em particular, o de matérias-primas e *commodities* transacionadas no mercado internacional. Ou seja, há em curso um processo de mudança de preços relativos que por certo implicará na elevação do nível geral de preços. Neste contexto, a tentativa de impedir essa mudança, mediante uma elevação da taxa de juros ou de uma apreciação cambial, vai resultar em sacrifícios adicionais do emprego.

O deslocamento da meta será suficiente para acomodar as mudanças assinaladas acima, sem comprometer a

âncora nominal e a eficácia do regime em administrá-la O essencial é entender que no quadro atual da economia brasileira de baixo crescimento do emprego e desindexação dos salários é praticamente impossível uma aceleração da inflação. Aliás, do ponto de vista dessa última ajudaria sobremaneira a troca do indexador de importantes preços administrados – energia e telefonia – substituindo o IGP, que é uma *proxy* do dólar, por um índice de custos setorial .

"O essencial é entender que no quadro atual da economia brasileira de baixo crescimento do emprego e desindexação dos salários é praticamente impossível uma aceleração da inflação."

■ Ao contrário do que se esperava, os bancos no governo Lula vão muito bem obrigado, com lucros recordes. Mesmo com a queda da taxa Selic, o *spread* continua a ser um dos mais altos do mundo. O que fazer para evitar essa distorção e estimular a concorrência bancária?

A tendência no mundo inteiro é a concentração bancária, não vamos ser ingênuos. Os estudos mais recentes, inclusive os do Federal Reserve mostram isso e buscam inclusive atribuir virtudes à concentração. O problema, no Brasil, está nas relações entre o sistema bancário privado e o Banco Central. Minha opinião é que os bancos vão muito bem obrigado, carregam títulos públicos, ativos relativamente seguros e com excelente remuneração. O último livro do Stiglitz mostra que, em alguns casos, é preciso uma forte regulamentação e, digamos, incentivos eficazes para que o sistema bancário privado cumpra suas funções de prover crédito à economia. Choradeira e palavras apaziguadoras não funcionam.

■ Por que o Banco Central insiste em manter tão lenta a queda da taxa de juros? Para alguns, a alta taxa de juros é estrutural e não cairá no curto prazo. O senhor concorda com isso?

Surgiram "teorias" *ad hoc* que atribuem a resistência dos juros à queda à "insegurança jurídica" (aí incluída a possibilidade de mudança de regras nas relações de conversibilidade entre o real e outras moedas). Ou seja, os credores sobrecarregam as taxas com um "prêmio" adicional decorrente do risco de descumprimento dos contratos ou de uma inclinação pró-devedores dos tribunais. É uma idéia engenhosa, talvez tenha alguma procedência, mas passa por cima de algumas questões fundamentais.

O piso elevado da taxa de juros no Brasil tem a ver, em primeiro lugar, com o risco de se manter a riqueza líquida em reais. As moedas não são iguais e qualquer *excursus* que se pretenda "científico" sobre o tema tem de começar por reconhecer as diferenças entre o dólar, a moeda reserva, moedas fortes como o euro e moedas inconversíveis como o real. Não se trata apenas do risco cambial, mas do risco de liquidez, típico de países de moeda fraca. Escrevi a esse respeito um artigo em parceria com o professor Ricardo Carneiro, publicado na *Revista de Economia Política*. Dizíamos, então: num horizonte de tempo previsível, a nossa moeda não passará a denominar contratos, constituir-se em referência de preços e muito menos será demandada como ativo de reserva por terceiros países. Do ponto de vista dos residentes no país isto se traduz no assim chamado **pecado original**, isto é, na impossibilidade de emissão de dívida nos mercados internacionais, denominada na sua própria moeda, originando o conhecido problema do descasamento (*currency mismatch)*.

As teorias monetárias em geral, ao analisarem a globalização, descuram da existência de um prêmio de liquidez demandado pelos agentes que mantêm sua ri-

queza em moedas fracas. Além disso, há os setores endividados em moeda estrangeira que buscam fazer *hedge* contra o descasamento de moedas nas suas dívidas e aqueles que procuram proteger o valor de seus patrimônios em dólares, como as empresas transnacionais. A assimetria que se quer ressaltar é que enquanto a oferta de divisas está referenciada a fluxos, a demanda por divisas está relacionada a estoques.

Ao não suprimir a hierarquia de moedas no espaço globalizado, a conversibilidade não elimina a razão central para o mais elevado prêmio de risco pago pelas moedas não conversíveis. Ou seja, ele é um prêmio que se paga para manter a riqueza em moedas mais frágeis. Como moedas não são bananas, em particular a moeda reserva, a sua demanda aumenta como decorrência direta da sua valorização. O inverso ocorre com as moedas menos líquidas, cuja desvalorização relativa produz uma redução da demanda.

■ O senhor tem dito que o grande erro do governo Lula foi ter aumentado espontaneamente o superávit para 4,25% do PIB. Mas durante a campanha eleitoral, defendeu a manutenção do superávit como ferramenta importante da política macroeconômica. O problema é que os R$ 70 bilhões economizados no ano passado não foram suficientes nem para pagar a metade dos R$ 153 bilhões que Lula pagou de juros e encargos da dívida pública. Afinal, o presidente não perdeu a oportunidade de fazer um realongamento consistente do perfil da dívida, ou isso seria impossível, na sua visão, no primeiro ano de mandato?

Defendi, sim, a manutenção do superávit. Acho que abandoná-lo, sem a adoção de outras providências que reduzam nossa vulnerabilidade a choques externos, pode piorar a situação. Mas, como já foi dito, uma desvalorização mais forte do real, acompanhada de uma subida, ainda que moderada, dos juros pode engolir rapidamente o superávit primário. O melhor remédio para este conflito é ganhar mais autonomia na política de juros e adotar medidas junto ao sistema bancário para facilitar giro da dívida. As tentativas de alongamento via mercado, como se sabe, não foram bem sucedidas.

■ Fala-se que o governo perdeu uma grande oportunidade de recompor suas reservas e que esta conjuntura favorável – facilidade de fluxo de capital e valorização cambial – não vai se manter nos próximos meses. A avaliação procede?

O governo comeu mosca em 2003. Só no fim do ano comprou cerca de US$ 6 bilhões para recompor as reservas. Descontados os recursos do FMI, elas estão em US$ 22 bilhões, reconhecidamente pouco para um País ainda fragilizado do ponto de vista externo. Acumular reservas não é uma panacéia. Com ficou demonstrado no Brasil dos anos 90, os custos da esterilização dos efeitos monetários do crescimento das reservas são elevados quando as taxas de juros reais são altas. Foram estes os fatores que levaram ao crescimento desmesurado da dívida pública. O preço a pagar é a esterilização dos recursos fiscais no pagamento de juros e no superávit primário. Hoje já há abundante literatura estrangeira, sobretudo americana, sobre o tema. Este é o ato da peça que o Fernando Henrique e seus acólitos (e mesmo alguns críticos fiscalistas despistados) não querem entender.

Ainda assim, países com reservas baixas e endividamento externo elevado estão sujeitos a pagar alto preço, em termos de crescimento, estabilidade da taxa de câmbio e de preços. Trata-se de acumular reservas para evitar o mal maior e não porque seja a solução mais eficiente, seja lá o que isso signifique no mundo atual.

■ Quem vai financiar o desenvolvimento? Setores críticos ponderam que o governo não deveria apostar sus fichas no financiamento externo, porque ele é de alto risco, depende dos humores do mercado. Nem no capital privado, que está imobilizado por falta de demanda. Caberia ao Estado o papel de indutor da retomada do crescimento, investindo pesadamente em infraestrutura e na construção ci-

“ O crescimento duradouro da economia vai reclamar políticas adequadas de direcionamento do crédito e a adoção de outros estímulos fiscais e tributários, certamente não compatíveis com as metas fiscais acordadas com o FMI.”

vil. Existem recursos para isso?

O crescimento duradouro da economia vai reclamar políticas adequadas de direcionamento do crédito e a adoção de outros estímulos fiscais e tributários, certamente não compatíveis com as metas fiscais acordadas com o FMI. Aliás, essa é a razão maior da timidez da atual política econômica, em particular da política industrial e de infra-estrutura. Sem um esforço para elevar o investimento, as taxas de crescimento sonhadas vão “consumir” rapidamente as “sobras” de capacidade na siderurgia, na petroquímica e em outros insumos, como energia elétrica, e exacerbar os “buracos” nos setores de tecnologia avançada.

Medida de importância seria o fortalecimento da função de fomento do sistema financeiro público através da ampliação do volume e redução do custo do crédito. Essa reorientação envolve algumas medidas específicas mas principalmente a decisão política de enfatizar o caráter público dessas instituições retirando-lhes o caráter privado, tanto operacional quanto no que diz respeito às exigências de rentabilidade.

Vou dizer uma banalidade: não há crescimento capitalista sem um sistema de crédito eficiente. É preciso, ademais, não ter medo de dizer que os tão celebrados países asiáticos, as baleias China e Índia, mantiveram o controle público sobre o sistema de crédito, a despeito das pressões e do alarmismo de economistas estrangeiros e instituições multilaterais. Essa turma não se cansa de proclamar que os bancos chineses vão quebrar por conta do excesso de créditos *non-performing*. A vantagem é que a China apresenta uma relação dívida pública/PIB em torno de 20%. Há, portanto, espaço para o saneamento bancário se os augúrios das cassandras forem confirmados.

■ O governo fala em política industrial, mas fora a redução do IPI de alguns produtos, pouca coisa foi feita nesse sentido. Qual é a sua avaliação do PPP? Ele tem fôlego?

A política industrial do governo, embora correta na identificação dos setores prioritários (sem-condutores, fármacos, software e bens de capital), concentra sua atenção nos importantes aspectos tecnológicos e não define a articulação de instrumentos imprescindíveis à sua execução.

O incentivo à formação de capital nos setores listados supõe – como o demonstra à saciedade a experiência recente dos países bem-sucedidos – a “distorção” de preços relativos de modo a criar estímulos que garantam por um certo período a rentabilidade dos investimentos, o que não estaria assegurado pelo mercado. A eficácia da política industrial supõe duas condições: a estabilização da taxa de câmbio num patamar competitivo e a criação de um conjunto de incentivos creditícios, tarifários e fiscais. No caso brasileiro, a grande volatilidade do câmbio dá sinais pouco estimulantes para os investidores. Já a política anunciada pelo governo define de forma muito modesta a atuação dos instrumentos fiscais, tarifários e creditícios que poderiam ter efeito mais imediato, concentrando-se em ações de apoio institucional e de caráter regulatório à inovação

tecnológica, cujos resultados só advirão no longo prazo.

A instabilidade cambial e da taxa de juros – permanentemente submetidas às tensões que derivam das avaliações dos agentes nos mercados financeiros e de capitais – não permite a execução de políticas de crescimento. Evidentemente, a estrita dependência dos humores e os julgamentos dos mercados financeiros internacionais impedem qualquer política verdadeiramente ativa de produção e de investimento, porquanto são precárias as informações adequadas para a tomada de decisões empresariais na esfera do investimento.

■ Economistas e entidades civis têm defendido o controle de capitais como pré-requisito para o êxito de qualquer política macroeconômica. Como isso seria feito? Através da centralização do câmbio? Ou o senhor acha que o governo deveria se limitar ao que fez a Argentina, que instituiu medidas para impedir a saída abrupta do chamado capital motel, aquele que entra e sai? A adoção do controle, na sua opinião, provocaria uma reação forte do sistema financeiro nacional a ponto de prejudicar a atuação brasileira no fronte externo, como alegam alguns críticos dessa proposta?

Não por acaso os países mais bem sucedidos em sua integração ao chamado processo de globalização agem de forma pragmática: alem de impor controles à entrada de capitais, também determinam a adoção de regras prudentes aos agentes – bancos e empresas – e limitam o acesso de pessoas físicas à moeda estrangeira. Além disso, tratam de acumular reservas em moeda forte e impedir flutuações desestabilizadoras nas taxas de câmbio. Defendem, assim, sua capacidade de definir os objetivos da política monetária a favor do crescimento. Essa idéia ainda vai chegar ao Brasil.

“É preciso ganhar mais autonomia na política de juros e adotar medidas junto ao sistema bancário para facilitar o giro da dívida. As tentativas de alongamento via mercado, como se sabe, não foram bem sucedidas.”

ARTIGO

CÉSAR BENJAMIN*

Questão de soberania

Numa economia que apresenta contas externas estruturalmente frágeis, quando os capitais se movimentam sem regulamentação, para dentro e para fora, alteram-se, antes de tudo, as relações de poder. Pois a movimentação sem regras de riqueza financeira impede o controle e até mesmo o cálculo da taxa de câmbio, ameaçando desorganizar o sistema de preços em que se baseia a economia real. Como o mercado de câmbio é excepcionalmente volátil, ultra-sensível a movimentos especulativos, o capital financeiro adquire desse modo um poder de veto sobre quaisquer decisões que a sociedade queira tomar. Se o Estado não define regras, ele mesmo tem de adaptar-se às regras que o capital definirá. O poder soberano troca de mãos.

Os defensores da desregulamentação da conta capital têm-se apresentado como representantes de um saber econômico consolidado e tradicional, e não hesitam em classificar de experimentalistas e aventureiras as posições divergentes. Nada mais falso. Até quase o final do século XX, nenhum economista sério, de qualquer filiação doutrinária, considerou digna de exame a idéia de que países com contas externas vulneráveis pudessem liberar os movimentos de capital. Todo o pensamento econômico consolidado e tradicional não só *defende*, mas *recomenda* e muitas vezes *exige* a regulamentação. As diferenças são apenas de ênfase, nunca de ponto de vista.

É fácil entender por quê. Sempre que estamos diante de recursos escassos é preciso fazer um orçamento, ou seja, planejar os gastos. O orçamento público, por exemplo, é um plano de gastos do Estado, em moeda nacional, num contexto em que as demandas a serem atendidas superam os recursos disponíveis em cada momento (se os recursos fossem sempre abundantes, orçamentos seriam desnecessários). Ora, o recurso mais escasso de todos, para nós, não é nem moeda nacional nem títulos públicos (que, ambos, o nosso Estado pode emitir), mas sim a moeda estrangeira necessária para manter em funcionamento uma economia que necessita fazer compras e pagamentos no exterior.

Os neoliberais defendem que o orçamento do Estado em moeda nacional seja estritamente regulamentado, austero, disciplinado, "responsável". Mas, paradoxalmente, também defendem que não se faça um orçamento de divisas, de modo que qualquer especulador, a qualquer momento, por qualquer motivo possa converter em dólares os reais que desejar, o que mantém as reservas do Banco Central sob permanente risco. Disso pode resultar uma crise que paralise as transações do país com o exterior.

Para evitar esse tipo de desequilíbrio – que, ocorrendo em muitos países, afetaria negativamente o sistema internacional –, a primeira versão do acordo de Bretton Woods (1944) *exigia*, por demanda inglesa, que os países signatários controlassem os movimentos de capital. Depois, por concessão aos Estados Unidos, a versão final do acordo passou a *recomendar* esse controle. É esta a expressão que consta até hoje no artigo VI dos estatutos do Fundo Monetário Internacional.

Em todo o mundo, o controle dos movimentos de capital sempre foi regra, nunca exceção. A desregulamentação da conta capital nos países periféricos só começou na década de 1990, e em poucos anos produziu crises em todos os continentes, até mesmo nas economias dos chamados Tigres Asiáticos, cuja inserção internacional sempre foi muito mais robusta que a nossa. No Brasil, a desregulamentação foi impulsionada pelo governo de Fernando Collor, aprofundada pelo governo de

Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo governo de Lula. Antes disso, desde a crise de 1929, a movimentação de capitais sempre esteve sob estrito controle. Assim permanece na China e na Índia, os países periféricos que, não por acaso, apresentam, de longe, os melhores resultados econômicos nas últimas décadas.

DESAPARECE O CONCEITO DE CAPITAL NACIONAL

Em trabalhos realizados em meados da década de 1950, Caio Prado Jr. chamava a atenção para as conseqüências negativas de uma industrialização realizada sob o comando do capital estrangeiro. Os vínculos voláteis desse capital com o espaço econômico nacional faziam com que o Brasil apresentasse fraca capacidade de controlar o seu próprio processo de desenvolvimento.

Importa aqui, antes de mais nada, ressaltar a definição de Caio Prado para o conceito de capital estrangeiro: um capital cujo espaço permanente de manobra ultrapassa amplamente o espaço da sociedade nacional e que mantém com ela vínculos tênues, ligados a oportunidades específicas de realizar bons negócios. Sob esse ponto de vista, o principal efeito da abertura da conta capital é tornar todo capital, potencialmente, capital estrangeiro, independentemente da nacionalidade dos seus titulares, pois desaparece o próprio conceito de espaço monetário nacional. Caio Prado nunca imaginou que pudéssemos chegar ao paroxismo da situação atual. Em 2002, US$ 13 bilhões entraram no Brasil sob a forma de saldo comercial e nada menos que US$ 9 bilhões deixaram o País pelo mecanismo das contas CC-5. Na outra ponta, verifica-se que, desde 1995, os países que mais investem no Brasil são sistematicamente os paraísos fiscais, que superam com folga até mesmo os Estados Unidos. O dinheiro que vem dos paraísos entra como se fosse investimento direto estrangeiro, quando na maior parte, como todos sabem, é dinheiro de brasileiros que faz o trajeto de fuga para retornar, quando assim desejar, protegido pelo estatuto, mais favorável e isento de tributos, de capital estrangeiro.

A ampla predominância desse capital estrangeiro – cujos proprietários, repetimos, o mais das vezes são brasileiros – tem diversas conseqüências sobre a dinâmica da nossa economia. Uma mobilidade exacerbada provoca alta instabilidade nas condições em que se processa a acumulação. Um desenvolvimento intrinsecamente instável, por sua vez, faz com que o capital potencialize sua natureza especulativa e passe a exigir duas coisas: altíssima rentabilidade e enorme certeza no curto prazo. A altíssima rentabilidade é a contrapartida exigida para que, num sistema aberto e desregulamentado, a riqueza líquida aceite trocar a moeda melhor (o dólar) pela pior (o real), ou então (o que dá no mesmo) aceite não realizar o movimento inverso. A enorme certeza no curto prazo é a contrapartida exigida diante da incerteza estrutural, de longo prazo, que ronda essas economias. Por isso, a garantia legal de mobilidade plena, dada pela abertura da conta capital, vem acompanhada de outras exigências: governos acocorados, sociedades que aceitem crescentes restrições ao exercício da soberania e da cidadania, instituições servis, Banco Central independente (de fato ou de direito) e, principalmente, garantia de que aquela mobilidade legal poderá ser exercida, de fato, a qualquer momento. Esta última garantia é dada pelo aval do FMI à política econômica: em caso de crise cambial, o Fundo aporta os recursos necessários, em moeda forte, para garantir a fuga ordenada de capitais, com o ônus recaindo depois sobre o conjunto da sociedade, que pagará esses empréstimos. Para conceder esse aval, o FMI, como se sabe, impõe suas condicionalidades. O cerco se fecha, a soberania se esvai.

Restabelecer o controle do Banco Central sobre a entrada e a saída de divisas é condição para que a soberania retorne às instituições públicas, de onde ela nunca deveria ter sido retirada.

(*) Editor da Contraponto Editora

BC e Cade: parceria para fiscalizar concorrência bancária

O sistema financeiro tem um papel fundamental em uma economia como a nossa, que ainda não consolidou um projeto de desenvolvimento. Cabe a ele estimular a poupança interna e oferecer crédito a custo razoável para fomentar o crescimento. Na prática, os bancos brasileiros não cumprem, nem de longe, esses dois objetivos, mesmo dispondo de uma estrutura sofisticada, comparável à dos países ricos. Como se explica isso?

A resposta a essa questão não é fácil, pois envolve um conjunto de variáveis macroeconômicas que não dependem, exclusivamente, das instituições financeiras. Um ponto, porém, é praticamente consensual: é preciso aumentar a competição no sistema, que hoje deixa muito a desejar. Em março de 2004, por exemplo, os dez maiores bancos brasileiros movimentaram mais de R$ 405 bilhões em depósitos, de acordo com levantamento do Banco Central. Esse total representa 80,52% do volume de depósitos no País, conforme mostra a tabela "Depósitos Bancários".

Esse dado se torna ainda mais revelador quando se considera que a pesquisa não se limita às 163 instituições que atuam como bancos comerciais ou bancos múltiplos. O BC inclui também cooperativas de crédito, sociedades corretoras, sociedades de crédito imobiliário, entre outras. Por essa metodologia, o Sistema Financeiro Nacional é composto por 1.902 instituições. Ainda assim, o poder dos maiores bancos é absoluto.

"No capitalismo, sempre haverá concentração bancária", afirma o analista do BC Newton Marques, membro do Conselho de Economia do Distrito Federal. O problema, a seu ver, consiste em definir uma política pública que atenue o poder de mercado dos maiores bancos. "Eles agem como um cartel, que tem na Febraban o seu representante", sustenta o economista.

Segundo Marques, o Banco Central é um dos responsáveis pela situação porque tem se preocupado apenas com o risco sistêmico – a possibilidade de que problemas de solvência em uma instituição contamine todo o sistema financeiro –, em detrimento da criação de instrumentos que estimulem a competição entre os bancos. Marques reconhece que, em muitos casos, a ação preventiva se faz necessária. O tão criticado Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), a seu ver, foi realmen-

te necessário para debelar as crises de confiança trazidas pela falência dos bancos Nacional e Econômico, na segunda metade dos anos 90. Esta preocupação com o risco sistêmico, porém, não exime o BC de usar o seu poder de órgão regulador para diminuir o *spread* bancário. “Se o Banco Central se sente impotente para fazer isso, deveria se apoiar, como acontece nos países desenvolvidos, nos órgãos que cuidam da defesa da concorrência”, defende Marques.

REDUÇÃO DO *SPREAD*

Para o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy, essas críticas não procedem porque a instituição vem estudando há um bom tempo um conjunto de ações voltadas para a redução do *spread*. Uma delas –

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os 10 maiores bancos em depósitos e sua participação em relação ao total de depósitos do Sistema Financeiro Nacional (data-base: março de 2004)

1	Banco do Brasil	110.219.018
2	Caixa Econômica Federal	82.013.338
3	Bradesco	59.414.364
4	Itaú	35.170.961
5	Unibanco	27.523.095
6	ABN Amro	26.106.260
7	Nossa Caixa	19.125.557
8	Santander Banespa	18.992.053
9	HSBC	17.089.093
10	Votorantim	9.912.825
Total 10 maiores bancos		405.566.564
% de participação 10 maiores bancos		80,52%
Total 50 maiores bancos		467.433.054
% de participação 50 maiores bancos		92,8%
Total Sistema Financeiro Nacional		503.629.497

Fonte: Dados do Banco Central

■ Os 10 maiores bancos movimentaram, em março de 2004, mais de R$ 405 bilhões em depósitos. Esse total representa 80,52% do volume de depósitos de todo o Sistema Financeiro Nacional (acima de R$ 503 bilhões)

talvez a mais importante – é o projeto de lei que confere ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) o poder de fiscalizar a conduta dos bancos (*veja box*). Mas, ressalta o executivo, "não se fomenta a concorrência entre os bancos da noite para o dia". Ainda assim, ele lembra que algumas medidas já se transformaram em realidade. O direcionamento de 2% dos depósitos à vista para a realização de operações de microfinanças à população de baixa renda e a concessão de empréstimos pessoais aos trabalhadores assalariados mediante consignação em folha são algumas dessas medidas.

O salto de qualidade virá, no seu entendimento, com a expansão das cooperativas de crédito, que têm condições de oferecer empréstimos a juros mais baixos. Embora administrem apenas 1% do PIB do sistema financeiro nacional, as cooperativas não param de crescer. Eram 946 em 1994, e hoje são 1.450. Darcy destaca que esse crescimento se deu justamente no período em que houve aumento da concentração bancária, o que sinaliza um futuro promissor para as cooperativas. "O sistema de cooperativas está pronto para deslanchar", avalia.

Apesar do prognóstico otimista, o diretor de Normas do BC ressalta que o fenômeno da concentração é mundial, e traduz a busca do fortalecimento das instituições que estão competindo no mercado globalizado. "Na Alemanha", exemplifica, "há uma preocupação do governo e dos órgãos de supervisão no sentido de fortalecer os três maiores bancos alemães para que eles possam disputar espaço dentro da Comunidade Européia. Isso está sendo conseguido através da incorporação e fusão de bancos."

ABERTURA DO MERCADO

O exemplo alemão traz à discussão um grande paradoxo: o aumento da competição entre os bancos exige um sistema financeiro cada vez mais concentrado. Essa lógica estranha difundiu-se entre nós a partir do Plano Real, em 1994. Na época, os bancos nacionais já não dispunham dos ganhos inflacionários para obter seus lucros, fato que os levou a lançar produtos para conquistar novos clientes. Além disso, passou-se a enfatizar a tese da desregulamentação bancária, que teve, como consequência, um processo drástico de internacionalização das transações financeiras a partir do desenvolvimento das tecnologias de transmissão de dados.

Foi com esse espírito que o governo de FHC estimulou o ingresso de bancos estrangeiros no País, acreditando que isso aumentaria a competição no setor. Teríamos *spreads* mais baixos, por exemplo, porque a oferta de crédito seria bem maior com a presença de instituições internacionais. Os mais otimistas achavam que

ATIVOS

Os 10 maiores bancos em ativos e sua participação em relação ao total de ativos do Sistema Financeiro Nacional (data-base: março de 2004)

1	Banco do Brasil	231.107.146
2	Caixa Econômica Federal	158.721.759
3	Bradesco	131.770.337
4	Itaú	118.260.267
5	Unibanco	64.764.172
6	Santander Banespa	62.722.794
7	ABN Amro	54.353.053
8	Safra	35.689.653
9	HSBC	30.158.632
10	Nossa Caixa	27.185.392
Total 10 maiores bancos		914.733.205
% de participação 10 maiores bancos		66,52%
Total 50 maiores bancos		1.139.540.269
% de participação 50 maiores bancos		82,9%
Total Sistema Financeiro Nacional		1.375.065.134

Fonte: Dados do Banco Central

■ Em março de 2004, os 10 maiores bancos do País detinham mais de R$ 914 bilhões em ativos, o que representa 66,52% do total de ativos do Sistema Financeiro Nacional. Incluindo os 50 maiores bancos neste levantamento, a participação destas instituições em relação ao total de ativos alcança 82,9%.

Projeto vai ser votado ainda este ano

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse recentemente que o governo vai começar a mobilizar o Congresso para que vote ainda este ano o Projeto de Lei Complementar (PLC) 344/02, que confere poderes ao Cade para analisar e aprovar casos de fusão e aquisição de bancos.

Meirelles entende que, depois da Lei de Falências, está na hora de se criarem instrumentos jurídicos que regulem a defesa da concorrência no sistema financeiro. Para ele, a aprovação desse projeto contribuirá para a redução do *spread*, juntamente com a formação de cooperativas de crédito e o início das operações da nova Central de Risco do Banco Central, que vai facilitar a análise de risco de crédito. Mas, apesar da disposição de Meirelles, não há nenhum indicativo de que o projeto sairá da letargia em que se encontra.

Enviado ao Congresso Nacional no fim do governo Fernando Henrique, o PLC 344/02 não deslanchou até hoje. Em linhas gerais, o projeto altera a Lei 4.595/64, que criou o Banco Central, redesenhando o papel do Cade como autoridade responsável para fiscalizar a conduta dos bancos e controlar as incorporações lesivas à concorrência. Até hoje, só o Banco Central tem competência para tanto.

A iniciativa, contudo, não exclui o BC de se posicionar sobre as fusões de bancos. O texto mantém a competência do Banco Central do Brasil para decidir acerca de atos de concentração entre instituições financeiras que possam pôr em risco o bom funcionamento do sistema financeiro. A ressalva, aparentemente barreira para as novas funções do Cade, tem lá sua razão de ser. Uma fusão analisada incorretamente pode encobrir uma vulnerabilidade da nova instituição e esta, ao se deparar com alguma situação difícil, contaminar todo o mercado, se for – como geralmente é – um grande banco.

"A definição do o que é risco sistêmico pode ser bastante subjetiva", afirma o presidente do Cade, João Grandino Rodas. "É um risco muito menor deixar essa subjetividade para os diretores do BC do que passar 100% das fusões para o Sistema de Defesa da Concorrência e, depois, ocorrer a quebra de um ou dois bancos. Partilhar é mais responsável", reconhece Grandino, consciente de que o Cade não tem nem quadro técnico nem meios materiais para analisar, sozinho, as complexas incorporações realizadas pelos conglomerados financeiros.

Em relação à conduta concorrencial, ao abuso de poder na fixação dos preços, Grandino acredita que o simples ingresso do Cade como agente da fiscalização da concorrência já seria um estímulo mais do que suficiente para que os próprios bancos baixassem as tarifas. "Não conheço ações do Banco Central que tenham dado resultado específico com referência a essa questão", avalia.

ENTRAVES BUROCRÁTICOS

Pelo apoio que Meirelles emprestou ao PLC 344/02, fica claro que ninguém no Banco Central se opõe às novas atribuições do Cade como xerife da concorrência bancária. Sendo assim, por que o projeto não anda?

Os entraves começam na máquina burocrática do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, composto pelo Cade, Secretaria de Direito Econômico (SDE) e Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE). Os dois primeiros são vinculados ao Ministério da Justiça, e o último à Fazenda. A SDE e a SEAE são os órgãos encarregados da instrução dos processos, enquanto o Cade é a instância administrativa que exerce a função de juiz.

Para que possa fiscalizar a competição bancária, o Cade vai precisar de pessoal e plano de carreira. Isso, por sua vez, depende da reformulação de outra lei, específica, que trata sobre o Sistema de Defesa da Concorrência. Um novo texto está sendo elaborado no Ministério da Fazenda, contemplando as mudanças que o Cade reivindica na área de recursos humanos. O complicador é que a Fazenda estuda outras alterações que podem enfraquecer a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça como instância responsável pela instrução dos processos.

Se o diálogo entre os três órgãos já não é dos melhores, imagine fazer uma revisão de funções entre autarquias coirmãs nesse clima. É pagar para ver.

a abertura do mercado levaria o governo a formular um novo marco para a defesa da concorrência no sistema financeiro.

Mas, como dizia o saudoso Garrincha, esqueceram de combinar tudo isso com o time adversário – no caso, os grandes bancos nacionais. Eles reagiram a esse processo com a voraz aquisição de instituições de menor porte. Para que se tenha uma idéia, havia 243 bancos atuando no Brasil antes do Plano Real. Em 1996, com a nova moeda já consolidada, esse número caiu para 231. Hoje, o sistema financeiro comporta apenas 163 bancos comerciais. Isso significa que a concentração bancária cresceu justamente quando o treinador – no caso, o governo brasileiro – abriu as portas para o aumento da competição.

LIMITES PARA A CONCENTRAÇÃO

O encolhimento do setor revela um outro aspecto curioso. Na visão dos conglomerados, as aquisições e fusões geram um ganho de eficiência, e este, por sua vez, se refletiria na redução do custo dos serviços oferecidos a seus clientes.

O presidente do Cade, João Grandino Rodas, não concorda com essa tese, até porque a realidade está longe de confirmar isso. Mesmo reconhecendo como normal os movimentos de incorporação e fusões, já que fazem parte da lógica concentradora do capitalismo, Grandino entende que deve haver limites para a concentração bancária. "Os sistemas de concorrência existem, na maioria dos países, justamente para definir esses limites", afirma.

Espera-se que, no Brasil, esses limites venham a ser definidos brevemente. Afinal, não faz sentido que tenhamos um dos maiores *spreads* do mundo. Segundo dados do FMI, o *spread* de 43,7 pontos percentuais registrado pelo Brasil em 2003 foi o maior entre 102 países com dados disponíveis.

Com esses indicadores, é pouco provável que tenhamos o tão esperado "espetáculo do crescimento" prometido pelo presidente Lula.

Os xerifes da concorrência no mundo

FRANÇA As leis de concorrência valem para todos os setores, inclusive o bancário, e são regidas pela Autoridade de Concorrência, a exemplo do que estipula o projeto de lei do senador Antônio Carlos Magalhães.

INGLATERRA A agência reguladora Office of Fair Trade analisa todos os casos de fusões.

ITÁLIA Há uma parceria entre a agência reguladora (no caso, o próprio Banco da Itália) e a Autoridade de Concorrência, nos mesmos moldes definidos no projeto que o governo brasileiro deseja aprovar. Assim, o Banco da Itália tem poder para vetar a incorporação ou fusão de bancos quando houver o risco de que possa afetar a estabilidade do sistema. Em questões menos delicadas, como os critérios para adaptar o mercado em função das necessidades de cada uma das regiões italianas, a Autoridade de Concorrência atua conjuntamente com o Banco da Itália.

JAPÃO A Lei Antitruste também é implementada por uma agência reguladora (a Fair Trade Commission), implacável quando percebe que uma fusão pode aumentar o poder de mercado de um banco.

SUÉCIA A Comissão Federal de Concorrência cuida das fusões, mas sem muita rigidez, o que tem favorecido o aumento da concentração bancária.

ARTIGO

OSCAR HENRIQUE BELO SANTOS*

Governar é intervir

O desenvolvimento econômico, entendido como crescimento com distribuição de renda, visando maior equilíbrio social, não pode prescindir da intervenção do Estado na economia. Tal intervenção, no âmbito das políticas públicas, se inicia por uma política tributária progressiva, que incida mais fortemente sobre aqueles estratos elevados da pirâmide de renda e de patrimônio da sociedade e continua com uma política fiscal de gastos públicos que privilegie a alocação de recursos naquelas camadas mais pobres, garantindo a igualdade de oportunidades, por meio da educação de qualidade, saúde, habitação popular digna, segurança e cultura.

Entretanto, a intervenção do Estado no campo da economia não pode parar aí. Este deve intervir em todos os setores onde exista claro desequilíbrio entre empresas e consumidores, ou clientes, no caso de serviços. Essa atuação deve ser mais que reativa, quando apura denúncias, mas preventiva, quando toma a iniciativa, com poder de polícia, mantendo a ordem econômica da concorrência e defendendo o direito do cidadão contra os abusos de segmentos com forte concentração de mercado: cartéis, oligopólios ou monopólios.

No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, cabe ainda ao Estado preservar áreas estratégicas, como petróleo, telecomunicações, geração de energia, transportes e a coluna vertebral do sistema financeiro, com os bancos de fomento à produção e ao comércio.

Na situação do Brasil, que no momento nem cresce, nem se desenvolve, uma vez que não tem aumento na renda que propicie distribuição – ao contrário, teve redução na sua renda per capita em 2003 –, cabe ao Estado induzir crescimento econômico, por meio de investimento público em infra-estrutura. O PIB do País caiu para o 15º lugar no mundo, segundo a mais recente classificação. Lembre-se de que já esteve na 8ª colocação.

O neoliberalismo econômico, posto em prática desde meados da década de 1980, pregou e alcançou a redução da presença do Estado na economia. Os resultados – discussões teóricas à parte – foram o aumento da polarização norte-sul no mundo e a concentração da riqueza dentro dos países que seguiram o receituário, diminuindo os gastos com políticas compensatórias e os investimentos públicos.

No Brasil, as privatizações foram apresentadas como condição indispensável para que o Estado contasse com mais disponibilidade orçamentária para aplicar nas áreas de educação, saúde, segurança, transporte, e outras consideradas típicas do poder público. Como colheita, alcançou-se: o aumento da dívida pública, tanto interna como externa; a precariedade dos serviços públicos oferecidos; tarifas públicas e preços administrados indexados, pressionando fortemente os índices de inflação; a matriz de transportes sucateada; e drástica redução percentual de trabalhadores formais, com redução na renda real das famílias e o aumento na distância entre ricos e pobres, além do achatamento da classe média.

> "A falta de investimento público gera um vácuo e uma ausência de credibilidade no crescimento do País."

A falácia do Estado mínimo conduziu à crescente dependência dos mercados financeiros para equilibrar os fluxos de curto prazo. Por isso, não se planeja a médio prazo, simplesmente são fechados orçamentos. A administração pública se limita à míope análise financeira. A falta de investimento público gera um vácuo e uma ausência de credibilidade no crescimento do País.

Chega de contingenciar, está na hora de governar!

(*) Economista e mestre em Administração pela UnB

Os limites entre o público e o privado

Muitos executivos que estiveram à frente da condução da política econômica e monetária do País nos governos passados, hoje integram o *staff* dos principais bancos privados do Brasil ou montaram empresas de consultoria voltadas para clientes que, não por acaso, atuam no mercado financeiro. São ex-funcionários públicos ou profissionais requisitados na iniciativa privada que, mesmo depois de ter cumprido o resguardo de quatro meses imposto pela lei de quarentena, continuam com trânsito livre nos ministérios onde trabalharam.

As duas últimas trocas de comando na Comissão de Valores Mobiliários, autarquia ligada ao Ministério da Fazenda encarregada de fiscalizar as transações de corretoras de valores e bancos no mercado de títulos mobiliários, foram como um alerta. Ao encerrar o mandato de quatro anos e transferir a presidência ao sucessor, em 28 de abril de 2003, o advogado Francisco da Costa e Silva saía com as honras de ter promovido a fusão das bolsas de valores do Rio e de São Paulo e a biografia manchada por denúncias de envolvimento com escritórios de direito que defendem as corretoras. Na terça-feira, 8 de junho, com pouco mais de um ano de mandato, o também advogado Luiz Leonardo Cantidiano passava o bastão ao colega de profissão Marcelo Trindade com menos a comemorar e o equivalente a lamentar: a suspeita de que em seu mandato teria havido favorecimento em processos internos da CVM a ex-clientes do seu escritório de advocacia.

A suspeita de irregularidades se espalha como vírus também pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, em maior grau, e, em menor, por outras instituições governamentais, e reacende a chama pelo aprimoramento do instituto da quarentena – período em que os ocupantes de cargos públicos em setores estratégicos teriam de ficar de resguardo antes de iniciar ou retomar a carreira profissional na iniciativa privada.

CONTROLE MAIS EFICAZ

"Quatro meses de quarentena remunerada, como estabelece a atual legislação, é um tempo muito reduzido, embora não se tenha chegado ainda a um consenso sobre o tamanho ideal do resguardo", prega o ministro da Controladoria-Geral da União, Wal-

dir Pires, que reuniu um grupo de trabalho para elaborar um novo projeto. "Ainda não há um consenso sobre o tempo de resguardo mais indicado, mas esta não é a questão prioritária. O fundamental é estabelecer limites à promiscuidade entre Estado e iniciativa privada."

O projeto, há quatro meses em gestação na Controladoria-Geral da União, vai ser mais um apenas em uma longa lista de propostas que pretendem criar algum mecanismo de controle do tráfico de influência e informação que cerca as relações entre o serviço público e interesses particulares – sejam eles do servidor, sejam das empresas. Aumentar o prazo da quarentena dos dirigentes do Banco Central de quatro meses para um a três anos, por exemplo, é a principal intenção de 12 projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Uma das primeiras propostas de quarentena foi elaborada, em 1989, pelo então senador Itamar Franco. Proíbe os dirigentes do Banco Central, por um período de dois anos, de exercer qualquer atividade profissional, com ou sem vínculo empregatício, em empresas privadas do sistema financeiro. O texto foi aprovado no Senado, em agosto de 1989. Chegou à Câmara dois meses depois e ainda não saiu de lá.

O projeto foi reapresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo Itamar Franco em 1992, tramitou no Senado e acabou sendo aprovado por unanimidade. "Foi para a Câmara e ali ficou", lamenta Simon. O projeto de Itamar está na Comissão de Finanças da Câmara. O senador gaúcho apresentou emendas ao projeto original, que se limitava à direção do Banco Central. Estendeu, por exemplo, a imposição ao Banco do Brasil, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), à Caixa Econômica Federal e até às bolsas de valores.

"A quarentena representa uma forma de evitar que informações privilegiadas sejam utilizadas privadamente, além de garantir maior segurança às instituições públicas e ao País", justifica Pedro Simon. "O projeto também simboliza um avanço no sentido do fortalecimento da cidadania e evita casos de promiscuidade entre o público e o privado."

NA FILA DE ESPERA

O projeto do senador gaúcho, na fila de espera há doze anos, tem na frente dele propostas que estão paradas há uma década e meia. Algumas até já passaram pelas comissões, mas acabaram sendo barradas a caminho da votação em plenário. Aconteceu muito no governo Fernando Henrique Cardoso, que ainda assim é o pai da única legislação em vigor sobre o instituto da quarentena: os artigos 13º, 14º e 15º do Código de Ética da Administração Pública, os artigos 7º e 8º da Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/2001, e o Decreto-Lei 4.187, de 8/4/2002 – este com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 4.405, de 3/10/2002.

A legislação estabelece um impedimento de quatro meses depois da exoneração para autoridades públicas exercerem atividade incompatível com o cargo anterior. A interdição tem como objetivo o resguardo de informações que não são de domínio público e que poderiam ser usadas em nome de interesses profissionais ou empresariais.

A dança das cadeiras

Cargo de primeiro escalão no governo federal é como andar no fio da navalha. Quase ninguém escapa à suspeita de irregularidade, poucos deixam de responder a uma ação penal, quase nenhum é punido na prática.

Só para ficar no exemplo do Banco Central: o último presidente, Armínio Fraga, é réu em 16 ações, uma delas no valor de R$ 700 milhões. Outro ex-presidente, Francisco Lopes, tinha tantos processos nas costas que não conseguiu abrir uma conta no Unibanco. O antecessor no cargo, Gustavo Franco, foi multado duas vezes pelo Tribunal de Contas da União em R$ 10,4 mil. Gustavo Loyola, que veio antes, tem 17 processos, muitos deles ligados ao programa de socorro aos bancos.

Sem punição drástica, a não ser uma mancha quase indelével à biografia, a quarentena se torna apenas uma preocupação relativa para os ocupantes de cargo de direção no governo. Armínio Fraga criou no ano passado o Gávea Fund, que abriu suas portas com US$ 430 milhões de investidores brasileiros e estrangeiros. Seus parceiros são dois ex-diretores do Banco Central – Luiz Fernando Figueiredo, de Política Monetária, e Ilan Goldfajn, de Política Econômica – e Amaury Bier, ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda.

O Gávea Fund aplica no Brasil, mas busca oportunidades no mundo inteiro como se estivesse em Wall Street. Essa é uma herança da passagem de Armínio Fraga pela empresa do megainvestidor George Soros. Seu mercado internacional predileto é a Ásia. O fundo investe em ações de dez companhias de países asiáticos. Foi assim que ganhou ao apostar numa valorização do iene sobre o dólar e ao antecipar a recuperação da economia japonesa.

Responsável até 2002 pela política monetária do País, o ex-presidente do Banco Central não teme ser acusado de ter acesso a informações privilegiadas quando joga suas fichas nas reuniões do Copom, agora conduzidas pelo sucessor, Henrique Meirelles. “Insinuações são como o risco Brasil: sobem e descem todo dia.”

Teresa Gross, ex-diretora de Fiscalização do Banco Central, teria sido convidada para sócia da empresa. Preferiu uma direção no Banco Itaú. Seu antecessor, Cláudio Mauch, diretor de Fiscalização na gestão Gustavo Franco, está dando consultoria a instituições financeiras. “Tenho que ganhar dinheiro para pagar os advogados”, costuma se justificar Mauch, que é acusado no escândalo dos bancos Marka e Fonte-Cindam. O ex-ministro da Fazenda Pedro Malan preside o Conselho de Administração do Unibanco. Armínio Fraga foi convida-

A quarentena é obrigatória para membros do Conselho de Governo, do Conselho Monetário Nacional, da Câmara de Política Econômica e da Câmara de Comércio Exterior do Conselho de Governo, do Comitê de Gestão da Câmara de Comércio Exterior e do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, além de diretores de agências reguladoras. Detalhe: se o Código de Ética da Administração Pública e a Lei da Quarentena forem desrespeitados, a pena se limita a uma censura ética pública por parte da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

QUARENTENA DOS SERVIDORES

A quarentena do funcionalismo público tinha sido criada um ano antes, mas só ganhou forma final com a Medida Provisória que instituiu o Código de Ética da Administração Pública. A sugestão partiu dos ministros Pedro Parente, chefe da Casa Civil, e Martus Tavares, do Planejamento. A alegação era que as autoridades do primeiro escalão do governo seriam uma referência para todo o setor público e deveriam seguir conduta ética correta. A MP não prevê, no entanto, punição ou penalidade para quem não observa a lei.

do – e aceitou – trabalhar com ele no banco privado.

A lista é longa:

Carlos Langoni – Presidente do Banco Central de 1980 a 1983, fundou, em 1989, a Projeta Econômica Consultoria Financeira, que atuou nas privatizações da Copesul, da Embraer e da Vale do Rio Doce. É também diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas e conselheiro sênior do Banco Santander.

Fernão Bracher – Diretor da Área Externa do Banco Central entre 1974 e 1979, tornou-se vice-presidente do Bradesco em 1982. Três anos depois, voltou ao BC como presidente. Em 1985, assumiu a presidência do Banco Central e, ao sair, em 1988, criou o banco de investimentos BBA, incorporado pelo Itaú em 2002, mas do qual continua presidente.

Francisco Gros – Presidente do BC por duas vezes – em 1987 e de maio de 1991 a novembro de 1992 –, deixou o governo e foi trabalhar na iniciativa privada. Depois de dois meses de férias, tornou-se sócio do Banco BFC, liquidado extrajudicialmente em dezembro de 1995 por causar prejuízo de R$ 66,6 milhões aos clientes e dever R$ 31 milhões ao BNDES, do qual se tornaria presidente em 2000. Ainda no governo Fernando Henrique, presidiu a Petrobras. Ao sair, foi para o grupo Marsh & McLennan Companies, ao qual pertencem a Marsh Corretora de Seguros e a Mercer Human Resource Consulting no Brasil, como consultor sênior para a América Latina.

Maílson da Nóbrega – Desempenhou longa carreira no setor público antes de se tornar ministro da Fazenda, entre 1988 e 1990. Depois disso, fundou o escritório de consultoria MCM com Gustavo Loyola. No fim de 1996, fundou, com Loyola, a Tendências Consultoria Integrada.

Marcílio Marques Moreira – Ministro da Economia entre 1991 e 1992, prestou assessoria à Prefeitura do Rio de Janeiro ao sair do governo. A relação de instituições para as quais o ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos presta serviço inclui a consultoria internacional à Merrill Lynch & Co, ao American Bank Note-Brasil, à Marsh & McLennan Companies, às Casas Sendas e à Embratel.

Pérsio Arida – Presidente do BNDES e do Banco Central e um dos pais dos planos Cruzado e Real, ao deixar o governo foi trabalhar no banco de investimentos Opportunity, que largou para, com US$ 50 milhões financiados pelo JP Morgan e a parceria de empresas, como Oracle, Cisco, e mais algum capital da Votorantim Venture Capital, criar a .comDominio, empresa especializada em hospedagem de aplicações para Internet.

Os deputados petistas José Dirceu (SP), Jaques Wagner (BA) e Aloízio Mercadante (SP) já haviam apresentado em agosto de 2000, no plenário da Câmara, projeto de lei complementar que estabelecia períodos de quarentena anterior e posterior à investidura em cargos do primeiro escalão do governo federal. De acordo com o Projeto de Lei Complementar nº 146/00, quem tivesse trabalhado nos últimos cinco anos em empresas ligadas ao sistema financeiro, à Previdência ou ao ramo de seguros não poderia ser presidente ou diretor do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários nem da Superintendência de Seguros Privados.

Os ocupantes de cargos de primeiro escalão também ficariam impedidos de trabalhar para empresas particulares por um período de 12 meses, contados a partir de sua exoneração ou demissão do cargo. O projeto definia ainda o que é informação privilegiada e listava os cargos sujeitos à quarentena: ministros de Estado, presidente e diretores do Banco Central, ministro do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, entre outros. Estabelecia, também, que o ocupante do cargo público que usasse indevidamente infor-

“O serviço público fragilizado é sinônimo de alto custo financeiro e um entrave à consolidação de um Estado eficiente e moderno que priorize o interesse da cidadania.”

WALDIR PIRES
Ministro da Controladoria-Geral da União

“O projeto também simboliza um avanço no sentido do fortalecimento da cidadania e evita casos de promiscuidade entre o público e o privado.”

PEDRO SIMON
Senador PMDB-RS

mações privilegiadas responderia por crime contra a Administração Pública.

CRÍTICAS AO SISTEMA ATUAL

O debate sobre a quarentena no serviço público parece ressurgir de acordo com o ciclo de escândalos que envolvem autoridades governamentais. Não é essa a intenção do controlador-geral da União, Waldir Pires, ao ressuscitar o tema. “A quarentena, da forma como foi estabelecida, é muito ineficaz”, diz ele. “Ela possibilita a hipótese de um integrante do governo se transferir para a iniciativa privada sem perder integralmente o vínculo com o poder. Principalmente na área financeira, não se pode expor assim a vulnerabilidade do Estado.”

Para o presidente do Sindicto Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito, o período da quarentena deve ser substancialmente ampliado, com punições mais severas, e sem prejuízo do acompanhamento do cumprimento das regras pelos órgãos responsáveis. “O sistema atual é permissivo, um vale-tudo sem qualquer controle”, adverte. “O essencial é impor limites e pôr em prática o Código de Ética da Administração Pública.”

O projeto em estudo na Controladoria-Geral da União parece ir pelo mesmo caminho. Se ainda não chegou num prazo definido para a quarentena, pelo menos definiu dois pilares básicos que deverão sustentar a nova legislação. Um deles é acabar com os chamados servidores anfíbios – funcionários públicos que se licenciam para trabalhar em empresas privadas levando na bagagem todo o conhecimento que assimilaram sobre o funcionamento da máquina estatal.

Outro é o restabelecimento de uma cultura ética do serviço público por meio do fortalecimento das instituições do Estado. “Ou temos um Estado democrático capaz para conquistar as transformações exigidas pela sociedade, ou não chegaremos ao desenvolvimento”, diz Waldir Pires. “O serviço público fragilizado é sinônimo de alto custo financeiro e um entrave à consolidação de um Estado eficiente e moderno que priorize o interesse da cidadania.”

Para o presidente do Sinal, a iniciativa do governo é louvável, mas insuficiente. “O fortalecimento do serviço público passa também pela valorização dos servidores das carreiras típicas de Estado, que tiveram, em sua grande maioria, aumento de 0% em 2004.”

As pequenas grandes redes do BC

*Erdanet, Rionet e Starnet, redes virtuais não-oficiais do Banco Central, apostam no debate e na informação para cativar seus assinantes

Elas nasceram dos esforços solitários e heróicos de alguns funcionários, passaram por muitas modificações ao longo dos anos, mas vieram para ficar: hoje é difícil imaginar o dia-a-dia do Banco Central sem as redes virtuais informais. Cada uma tem seu próprio estilo, mas todas abrem um espaço democrático de participação aos funcionários do BC. Para ter acesso a elas, basta se cadastrar. E se você ainda não fez isso, não sabe o que está perdendo: a *Erdanet, a Rionet e a Starnet são a "cara" do BC.

Bom, não exatamente – aliás, nem de longe - a cara da direção da Casa. Na verdade, as redes informais espelham mais a diversidade de opiniões e a pluralidade de formação cultural e política do corpo funcional. Todas elas nasceram e cresceram utilizando ferramentas da própria instituição, sobretudo as "Notas pessoais" do Sisbacen, que com o tempo foram alteradas pela direção do BC. Se a estratégia da direção do Banco era inibir o crescimento das redes, ela certamente fracassou: as redes migraram para a Internet e, por conta do soberano e-mail, estão mais atuantes do que nunca.

NASCE UMA ESTRELA

A mais antiga das redes informais do BC é a Starnet – ela está completando, em 2004, dez anos de atividades. O nome é uma referência ao seu criador, o funcionário Márcio Antônio Estrela. A primeira Lista de Transmissão de Notas Pessoais (NPs) que originou a Starnet tinha 50 nomes, sobretudo de alunos do Forteb (curso de formação do BC) de 1994, do qual Estrela fazia parte. Logo as discussões salariais e de defesa da instituição foram ganhando espaço na rede, no lugar das notas iniciais que tratavam de temas ligados ao curso e encontros sociais. Já em 1995, graças aos avanços na transmissão de dados e à fusão com a rede informal Fraldanet, a Starnet passava dos 400 assinantes. Hoje, são cerca de 3.000.

A rede criada por Estrela viveu momentos marcantes ao longo desses dez anos. O grande debate entre os assinantes para decidir se a Starnet aceitaria ou não a adesão dos "sauros" foi um deles. Explica-se. Os novatos da década de 90 – que ingressaram por concurso depois de 15 anos sem novas admissões na instituição – eram chamados pelos veteranos do BC de "fraldinhas" e compunham a base de assinantes da Starnet. Os

primeiros pedidos de assinatura de "sauros" causaram estranheza aos novatos – muitos viam os veteranos como intrusos na rede. Acabou prevalecendo o bom senso e os "sauros" foram admitidos.

Mas o embate entre os dois grupos continuou. Já rebatizada como Starnet Holding – pois criara "filhotes" ligados a ela –, a rede foi palco de aguerridas discussões entre "sauros" e "fraldinhas". "A chegada dos 'fraldas', a partir do concurso de 89/90, foi um choque para a organização, que estava há 17 anos sem se arejar com a entrada de gente nova. Os conflitos eram muito fortes para as primeiras gerações de 'fraldas', fato que explica as disputas e preconceitos iniciais entre 'fraldas' e 'sauros'. Dentro dessa realidade, uma rede de informação que colocava pessoas e idéias em contato e debate sem nenhum controle oficial, como a Starnet Holding, gerava muito 'desconforto' na direção do BC. Em função disso, foram implementadas, em 1996, alterações no sistema de transmissão de Notas Pessoais, com o objetivo de impossibilitar a continuidade das redes informais. Acabou-se com a possibilidade de transmissão de NPs para grupos e com a existência de NPs de mais de uma página", recorda o editor Estrela.

As redes, no entanto, não se deram por vencidas. Como os novos funcionários tinham ótimo conhecimento de informática, o que se viu foi um surto de inovação tecnológica para driblar as amarras impostas pelo BC. "Rapidamente, a Starnet Holding desenvolveu novos programas para a transmissão de NPs, emergindo desse 'choque' melhor, mais moderna e aperfeiçoada. Uma frase, recebida de um assinante, foi assumida pela Starnet Holding e virou a marca desse episódio - *Só os dinossauros não sobrevivem a uma chuva de meteoros!!!*", lembra Estrela. Atualmente, as três redes independem de suporte do BC e operam no ambiente da Internet.

Com a palavra, os assinantes

As três redes têm em comum apenas a firme convicção da independência e a admirável capacidade de resistir a tantos percalços. Para os assinantes, são nítidas as diferenças entre elas.

"Para mim, as diferenças da *Erdanet para as demais residem na rapidez nas transmissões das notícias, no fato de a Erda se ater simplesmente aos assuntos de nosso interesse. É a única que tem o foco exclusivamente interno. A Rionet, apesar de informar as notícias internas, hoje mais parece um jornal compilado – que, aliás, gosto muito de ler. Quanto à Starnet, eu me descredenciei faz algum tempo, pois ficou tão complicada e tão cheia de problemas exclusivos de Brasília que acabou por perder o foco de ser uma rede para integrar os colegas e nos manter unidos", compara a funcionária Venetia Constantinos Voulassikis Maia (Decec/PE).

Para Augusto Areal (Derin/Sede), boa parte dos assinantes não se sente à vontade de se expressar nas redes. "E o motivo não é a pressão da chefia. Eu, particularmente, jamais sofri qualquer pressão da direção do Banco. E olha que critico muitas coisas: o sistema de iluminação, a resolução inadequada dos monitores, o mobiliário ruim. A pressão contra a liberdade de expressão vem dos próprios colegas. Quem não escreve dentro de uma certa 'cartilha' ideológica corre o risco de ser massacrado, especialmente na *Erdanet. Eu já sofri várias vezes ataques e ofensas pessoais por conta de coisas que escrevi na Erda", diz Augusto.

Apesar desse porém, o funcionário ressalta que os editores da *Erdanet e da Starnet zelam pelo caráter democrático de suas redes: "Há uma diferença ideológica significativa entre o pessoal que escreve na Starnet e na *Erdanet. Ainda que haja pessoas que escrevem em ambas, como eu, boa parte da ala 'hard' que escreve na Erdanet nem se-

RÁPIDA NO GATILHO

Natural de Fortaleza, o engenheiro mecânico Francisco Almir Pessoa Júnior ingressou no BC em 1992, ano

quer assina a Starnet. Eu confesso que me sinto mais à vontade escrevendo para a Starnet. Acho que aqueles que mais escrevem para a Erda têm uma visão mais ou menos similar sobre certos temas, e quem tem uma visão diferente costuma levar porrada", diz Augusto, que já levou algumas.

Assinante das três redes, o funcionário Eduardo Giuseppe de Souza Araújo (Defin/CE) tem uma análise completa das diferenças. Segundo ele, a *Erdanet é "a mais puramente informal e democrática". Ele destaca as várias edições por dia e o tamanho enxuto da Erda como vantagens sobre as demais. "Outra qualidade merecedora de citação é o nível dos debates, nunca tratados exaustivamente a ponto de cansar, além de direcionados para o interesse geral e mantendo-se o necessário respeito entre os manifestantes", diz ele.

Eduardo compara a Rionet às *newsleters* de canais famosos, como a BBC: "A Rionet é especialmente informativa, enquanto na Starnet nota-se uma presença maior de debates entre os colegas, sobre os assuntos internos, entremeados com colunas e seções à maneira de um jornal. Se eu pudesse resumir as três, diria que a Rionet é revista, a Starnet é jornal e a *Erdanet, um fórum de discussão."

Colaborador das redes informais há muitos anos, João Freitas, da Secre/GTCur, acha que elas estão definitivamente incorporadas ao dia-a-dia do Banco. "Cheguei a montar uma rede nos anos 90, através das Notas Pessoais, para passar informes do Sinal e matérias de interesse dos funcionários. Hoje, sou colaborador das três, envio notícias e opiniões, indico novos assinantes. A *Erdanet e a Rionet, pela agilidade, estimulam o debate, e isso é fundamental para fomentar a consciência política dos funcionários, que eu ainda considero muito baixa. Como veículos de informação, as três são importantes. O meu dia começa sempre com a leitura das redes, até quando entro de férias eu fico ligado. Acho que vou continuar sendo assinante mesmo depois que me aposentar", garante.

Pelo visto, se depender de discussão, as redes informais do BC terão vida longa.

em que deflagrou, também através das Notas Pessoais, o processo de troca de informes que geraria a futura *Erdanet. Ao contrário da Starnet – que lida com informações diversas no estilo de um jornal eletrônico –, a *Erdanet mantém os contornos de fórum de discussão dos seus primórdios. O nome foi dado oficialmente em 28 de julho de 1995, com base em uma personagem entrevistada com uma câmera escondida por Gugu Liberato, no programa Táxi do Gugu, do SBT: uma senhora muito divertida, descendente de alemães, que se chamava dona Erda.

A *Erdanet se destaca por duas características básicas: a agilidade e o

RIONET

Ao aliar sua formação em Jornalismo com a Fotografia, seu hobby favorito, o editor Emilton Rocha moldou a mais vistosa rede informal do BC. Ilustrada com fotos e no formato de uma revista de variedades, a Rionet tem apenas uma edição diária, mas, dependendo da importância do assunto, produz edições extraordinárias para seus 1.200 assinantes diretos.

A rede tem um grande atrativo no resumo das notícias do dia. Segundo o editor, essa é a própria essência da Rionet: "É uma espécie de jornal para quem não tem tempo de ler jornal", diz Emilton. Piadas, assuntos de saúde, um espaço reservado ao internauta e pequenas gozações com tudo e com todos compõem o cardápio da revista eletrônica. Há ainda colunas fixas escritas por assinantes. Curioso é que a Rionet também se alimenta da "concorrência", mostrando que a convivência entre as informais é saudável: ela reproduz eventualmente conteúdo das outras, sobretudo os informes relacionados ao funcionalismo da Starnet.

Editor responsável
Emilton Rocha (Deban/RJ)
emilton.rocha@bcb.gov.br
Base de operações: Rio de Janeiro

STARNET

A holding produziu redes independentes, como a Cultnet, de cultura, a Cadesp, de esportes, a Travelnet (desativada), dedicada a viagens e turismo, e a Gulanet, de culinária, entre outras. Via e-mail, a estrela da companhia, a Starnet, é enviada até para assinantes de fora do BC, como, por exemplo, do Ministério da Fazenda, Receita Federal, Tribunal de Contas da União, Câmara e Senado. São cerca de 2.000 funcionários cadastrados do BC e outros 1.000 assinantes externos.

O sistema de produção e transmissão da Starnet é simples. Trata-se de uma mesma mensagem enviada uma única vez por dia a todos os assinantes. O formato é de jornal, com chamadas para as matérias, colunas (como a de classificados, o Mercado Persa) e artigos de opinião. A rede mescla assuntos variados, desde as questões do funcionalismo às dicas de bons restaurantes em Brasília. As opiniões assinadas são de responsabilidade exclusiva de quem as emite.

Segundo o editor, os assinantes são de todas as regionais do BC e da sede. Mas como a maioria dos funcionários é da sede, o maior número de assinantes da Starnet também o é.

■ **Editor responsável**
Márcio Antônio Estrela (Derin/Sede) – estrela@bcb.gov.br
Base de operações: Brasília

foco apontado para o funcionalismo. Embora não haja limitação de assuntos, a rede opera basicamente com temas como o Plano de Cargos e Salários, questões administrativas, salariais e sindicais, tanto para os funcionários da ativa como para os inativos. Em muitos casos, a rede se assemelha às listas de discussões da Internet, com intenso debate. O editor, na medida do possível, zela pela integridade moral dos debatedores, evitando ofensas. Os colaboradores da *Erdanet são os próprios assinantes – que se sentem "donos" de um poderoso canal de informação e discussão. Carinhosamente, chamam a rede de Erda.

> "As redes informais são hoje fundamentais para a democratização das informações e o desenvolvimento da consciência política dos funcionários do Banco Central."

Mas como nem tudo é 100% sério nesta vida, a rede abre espaço para a descontração com uma edição especial às sextas-feiras, dedicada a piadas: a RSQ, Ria Se Quiser. A coluna semanal de humor da *Erdanet impressiona pela boa qualidade das piadas postadas pelos colaboradores – incluindo algumas não recomendáveis para pessoas de "fino trato". Com toda a certeza, a RSQ alimenta os papos de fim de semana dos assinantes com muito humor e picardia.

Caçula das redes informais em atividade no BC, a Rionet Online, ou simplesmente Rionet, foi criada em 1999, no auge da chamada reestruturação – que muitos preferem chamar de desmonte – do Banco. O momento de efervescência que as mudanças provocaram no corpo funcional acabou tornando a rede um sucesso de audiência em pouco tempo. "Não passava por minha cabeça criar uma rede, mas apenas informar sobre determinados assuntos que aconteciam no âmbito do BC naquela época. As notas eram divulgadas via Sisbacen para um grupo de pouco mais de 20 colegas", lembra o criador e editor da Rionet, Emilton Rocha. Rapidamente, os assinantes se contavam às centenas.

Formado em Jornalismo e tendo como hobby a fotografia, Emilton formatou a mais acurada rede informal do BC do ponto de vista estético: é a única que usa imagens e pode ser considerada uma revista eletrônica, com assuntos variados. Uma de suas atrações é o resumo das notícias do dia, muito utilizado pelos assinantes que não têm tempo de ler vários jornais diariamente.

Emilton Rocha prepara as edições da Rionet – uma por dia, salvo raras edições extraordinárias – fora dos horários de expediente. "No fim do dia, fico mais um pouco para preparar a edição do dia seguinte. E, no dia se-

guinte, chego a tempo de juntar o noticiário do dia e soltar a edição para todos os assinantes", explica.

OS CUSTOS DA INDEPENDÊNCIA

O editor da Starnet garante que a rede trata de qualquer assunto sem pedir autorização às chefias do BC. Essa postura independente, contudo, tem seu preço: Estrela diz ter sofrido pressões da direção da instituição em alguns momentos. "Por diversas ocasiões, mesmo tendo um currículo adequado e sido indicado pelo Comitê do Banco, não era liberado para cursos. Durante um certo período, fiquei impedido até de atuar como professor no Banco; isso embora tivesse a formação acadêmica exigida, a didática e o histórico de excelentes avaliações pelas turmas de cursos anteriores", diz o editor da Starnet.

Criador e editor da *Erdanet, o cearense Almir Júnior teria motivos de sobra para temer pressões e retaliações – a começar pelo nome da rede, o mais pitoresco de todos. Além disso, com seu estilo de "pinga-fogo", com liberdade de expressão plena, a rede expõe insatisfações diversas dos funcionários. Mas Almir Júnior diz que a relação da *Erdanet com a direção do BC é de independência e sem qualquer traço de submissão. "De modo geral, o nosso relacionamento com a diretoria tem sido de respeito mútuo", garante ele. O que não impede as pressões. O próprio Almir reconhece: "A rede já enfrentou alguns problemas esporádicos. Quando a representação do BC em Fortaleza era ainda uma Delegacia, o delegado, em mais de uma ocasião, chamou a minha atenção, em ambientes públicos. Nessas vezes, tive que manter uma postura coerente e independente."

Maranhense radicado no Rio de Janeiro desde 1974, Emilton Rocha, da Rionet, conseguiu até agora escapar ileso de qualquer tipo de ameaça. "A relação da rede com a chefia do BC é de total independência e tranqüila. Jamais houve qualquer tipo de censura, advertência ou mesmo simples admoestação por parte da direção do Banco, já que, como editor, busco agir sempre com responsabilidade", diz Emilton.

O presidente do Sinal, Sérgio Belsito, considera os trabalhos de Estrela, Almir e Emilton digno de elogios. "As redes informais são hoje fundamentais para a democratização das informações e o desenvolvimento da consciência política dos funcionários do Banco Central. Tenho especial respeito pela dedicação dos editores, que conseguem fazer esse trabalho sem deixar de cumprir suas rotinas funcionais", destaca o presidente. Belsito considera as redes aliadas do Sinal na propagação e debate de temas importantes: "Estamos amadurecendo neste momento uma estratégia para levar à categoria a discussão sobre a Reforma Sindical e a regulamentação do artigo 192. Esperamos poder contar com a colaboração das redes informais nesse trabalho. Será para nós um apoio imprescindível."

*ERDANET

A frenética rede pilotada pelo cearense Almir Júnior tem a agilidade de um panfleto e pode emitir em um único dia tantas edições quantas sejam necessárias para manter bem informados seus exatos 1.008 assinantes diretos. No dia 18 de junho passado, por exemplo, a rede teve sete edições. De formato curto e objetivo, a *Erdanet trata de poucos assuntos por edição, dois ou três em média, e tem ampla participação dos assinantes: é comum a rede veicular debates acalorados, principalmente sobre questões funcionais e sindicais.

O editor procura manter severa vigilância para não permitir ofensas via rede, mas sempre passa alguma coisa, até porque os ofendidos ressentem-se, por vezes, de críticas que Almir não considerou ofensivas. Por causa de sua própria velocidade na transmissão dos informes, em média quatro por dia, a Erda está mais sujeita que as outras a tempestades ocasionais – é um "pinga-fogo". Mas acaba, por isso mesmo, prestando um serviço ao BC: posições antagônicas, debatidas na Erda muitas vezes de forma passional, acabam ficando transparentes.

■ **Editor responsável**
Almir Júnior (Defin/CE)
almir.pessoa@bcb.gov.br
Base de operações: Fortaleza

ABRAPP

A sociedade entendeu a importância dos fundos

O sistema brasileiro de fundos de pensão, segundo as projeções mais autorizadas, está ingressando este ano em um novo ciclo de crescimento mais acelerado. As previsões dão conta de uma expectativa de se dobrarem o atual número de planos e o contingente que temos hoje de participantes, no prazo de uma década. Isso significa dizer ser bastante provável que cheguemos a 2015 com mais de 13 milhões de brasileiros atendidos pela previdência complementar sem fins lucrativos, entre trabalhadores e seus dependentes. Esse é um número que todos acreditamos ser possível alcançar, porque o País começa a oferecer as condições para que tal se concretize e a sociedade brasileira dá mostras de que deseja isso.

Dizemos isso da sociedade brasileira porque esta oferece seguidos sinais de que entendeu toda a importância social e econômica dos fundos de pensão e almeja o crescimento do sistema. E isso se percebe na atitude dos formadores de opinião, dos parlamentares, das autoridades do governo e das lideranças do País em geral. É cada vez maior a boa vontade que se percebe em relação às teses levantadas pela nossa previdência complementar, quase sempre vistas como pertinentes e merecedoras de intensa reflexão. E um bom exemplo disso é a receptividade que se nota no Executivo e no Congresso Nacional às nossas propostas, sempre amparadas por uma forte argumentação de base técnica. O novo pano de fundo legal e normativo é prova disso, mas um episódio recente ilustra em particular o que estamos desejando dizer.

A aprovação em junho, pela Câmara dos Deputados, do projeto de conversão da Medida Provisória 167, de autoria do relator deputado José Pimentel (PT-CE), significou a correção de uma injustiça. Não fosse a sensibilidade revelada uma vez mais por dirigentes, autoridades e parlamentares, mas especialmente pelo deputado Pimentel, que deu nova redação ao texto do artigo 13, os aposentados de fundos de pensão que ainda contribuem para os seus planos, em razão de cobertura de déficit ou amortização, continuariam impedidos de abater do IR os valores vertidos para as suas entidades. Felizmente, o abatimento retornou.

A conversão da MP 167 deu origem à Lei de nº 10.887, de 18 de junho de 2004, publicada na edição de 21 de junho do Diário Oficial da União.

Esse final feliz, fruto de uma intensa mobilização, seguramente merece ser mostrado aos participantes de nossos fundos de pensão, como resultado do trabalho realizado. Os nossos jornais internos e outras mídias utilizadas pelas entidades estão prestando um importante serviço levando esses fatos ao conhecimento dos trabalhadores, que podem, assim, avaliar a importância de mantermos deputados e senadores adequadamente informados acerca dos obstáculos que se antepõem ao crescimento da previdência complementar, para que possam ser afastados e, assim, liberado o caminho.

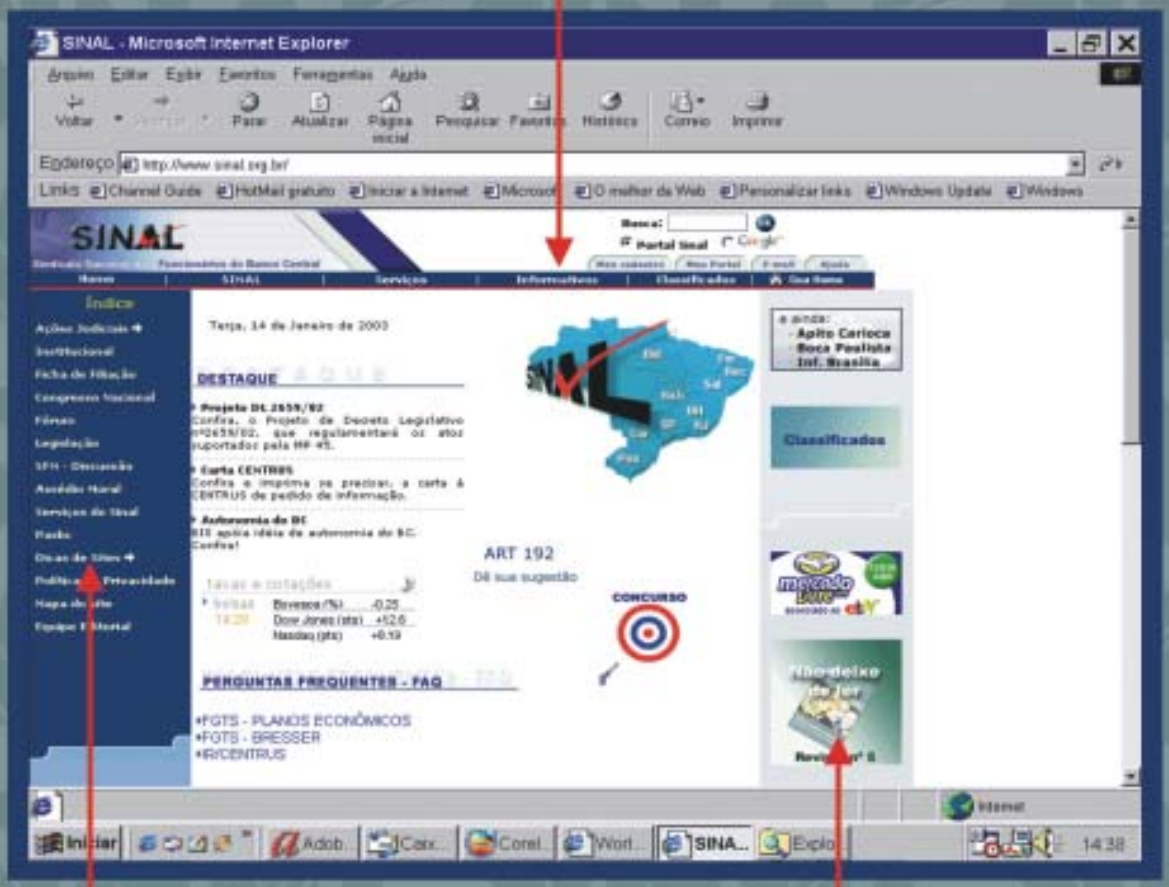
Por dever de justiça e gratidão, é imprescindível dizer que o retorno à situação anterior deveu-se, apesar do esforço que desenvolvemos desde o primeiro momento junto à Receita Federal, e do apoio recebido do secretário Adacir Reis, à iniciativa do relator, com quem o presidente Fernando Pimentel e o superintendente–geral Devanir da Silva estiveram reunidos horas antes da votação. O zelo revelado pelo parlamentar, sua capacidade de entendimento da questão, fez a diferença e foi determinante para a mudança do quadro.

É fundamental que os participantes de planos tenham a mais absoluta confiança em seus fundos, nas autoridades do Executivo e nos membros do Congresso Nacional, a mais total certeza de que as regras não serão alteradas ao longo dos anos e injustiças não serão cometidas. Com essa convicção, mais brasileiros desejarão participar da previdência complementar sem fins lucrativos, seja a criada por empresas para os seus funcionários ou a instituída por sindicatos e associações para as suas categorias profissionais. E, dessa maneira, mais trabalhadores e seus familiares terão seu futuro protegido, e a Nação verá crescer a poupança interna tão necessária a fazer crescer a prosperidade.

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Privada — Abrapp

ACESSE NOSSO ENDEREÇO ELETRÔNICO

Súmula de Jornais



Dicas de Sites

Revista Por SINAL

www.sinal.org.br

SINAL

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

EXPEDIENTE Ano 3 Número 11 Julho 2004

Sinal Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Por Sinal

Revista bimestral do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central do Brasil

Conselho Editorial

Alexandre Wehby, David Falcão, Gustavo Diefenthaeler, João Marcus Monteiro, Luis Carlos Paes de Castro, Mário Getúlio Vargas Etelvino, Orlando Bordallo Junior, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SAS quadra 5, lote 4, bloco K, sala 410

Edifício Ok Off Tower – 70070 -100 Brasília (DF)

Telefone: (61) 322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

Redação

Coordenação geral e edição: Flavia Cavalcanti (Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Paulo Vasconcellos e Jefferson Guedes e Alexandre Medeiros

Arte: Maraca Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Fotolito: Madina

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 12.000

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

SINAL

SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL